



GOVERNO MUNICIPAL  
**INDEPENDÊNCIA**  
JUNTOS FAZENDO ACONTECER

PAÇO MUNICIPAL DEP. ALCEU VIEIRA COUTINHO  
**GOVERNO MUNICIPAL DE INDEPENDÊNCIA**



**EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº SE-PE005/22**

A Prefeitura Municipal de Independência, com sede a Rua do Cruzeiro, nº 244, Bairro Centro, através da SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, neste ato representada pelo Ordenador de Despesas, torna público, para conhecimento dos interessados, que realizará licitação na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, a qual será conduzida pelo(a) Pregoeiro(a), Sr.(a) Maria Dvanira Canuto Bezerra, auxiliado(a) pela equipe de apoio, Sr.(a) Ana Benvinda Alves Bezerra, e Sr.(a) Maria Cheilia Rodrigues de Oliveira Viana, designados formalmente pela Portaria nº 154/2022, de 01 de fevereiro de 2022, abrirá até horas, data e local abaixo indicados, eletronicamente, as PROPOSTAS DE PREÇOS e DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO referentes à licitação objeto deste instrumento, para a escolha da proposta mais vantajosa, objetivando a contratação do objeto desta licitação, observadas as normas e condições do presente Edital e seus Anexos, e as disposições contidas na Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho 2002; Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006; Lei Complementar nº 147 de 07 de agosto de 2014; Lei Complementar nº 155 de 27 de outubro de 2016; Decreto Federal nº 10.024, de 20 de setembro de 2019; e subsidiariamente a Lei Federal nº. 8.666, de 21 de junho de 1993, com suas alterações.

<b>ORIGEM DA LICITAÇÃO:</b>	<b>SECRETARIA DE EDUCAÇÃO</b>
<b>MODALIDADE E NUMERO:</b>	<b>PREGÃO ELETRÔNICO Nº SE-PE005/22</b>
<b>OBJETO:</b>	<b>CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE TRANSPORTE ESCOLAR, PARA ATENDER A DEMANDA DO MUNICÍPIO DE INDEPENDÊNCIA/CE, DE ACORDO COM AS ESPECIFICAÇÕES DO ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA DESTE EDITAL.</b>
<b>TIPO:</b>	<b>MENOR PREÇO POR LOTE</b>
<b>MODO DE DISPUTA:</b>	<b>ABERTO E FECHADO</b>
<b>FORMA DE EXECUÇÃO:</b>	<b>EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL</b>

**1. DO ACESSO AO EDITAL E DO LOCAL DE REALIZAÇÃO:**

1.1. O Edital está disponível gratuitamente nos sítios: Prefeitura Municipal de Independência (<https://www.independencia.ce.gov.br/>), Portal de Licitações dos Municípios do Tribunal de Contas do Estado do Ceará - TCE (<https://licitacoes.tce.ce.gov.br/>), e na Plataforma de Licitações Eletrônicas da Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil - BLL COMPRAS (<https://bllcompras.com/Home/Login>).

1.2. O certame será realizado por meio do Sistema de Licitações Eletrônicas da Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil - BLL COMPRAS, no endereço eletrônico (<https://bllcompras.com/Home/Login>).

1.3. Diante da ocorrência de qualquer problema de ordem técnica ou operacional, solicitar formalmente a Plataforma provedora da licitação eletrônica: Bolsa de Licitações do Brasil, através do telefone (41) 3097-4600, e-mail: [contato@bll.org.br](mailto:contato@bll.org.br), sob pena de preclusão da oportunidade de alegação da matéria.

**2. DAS DATAS E HORÁRIOS DO CERTAME:**

**2.1. INÍCIO DO ACOLHIMENTO DAS PROPOSTAS:** a partir das 09:00 horas de 06/07/2022.

**2.2. DATA DE ABERTURA DAS PROPOSTAS:** 19/07/2022, às 07:30 horas.

**2.3. INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS:** 19/07/2022, às 08:00 horas.

**2.4. REFERÊNCIA DE TEMPO:** Para todas as referências de tempo utilizadas pelo sistema será observado o horário de Brasília/DF.

**2.5.** Na hipótese de não haver expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data prevista, a sessão será remarcada, para no mínimo 48h (quarenta e oito horas) a contar da respectiva data.

### **3. DO ENDEREÇO E HORÁRIOS DE EXPEDIENTE DA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES:**

**3.1. COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES DA PREFEITURA MUNICIPAL DE INDEPENDÊNCIA,** localizada na Rua do Cruzeiro, nº 244, Bairro Centro, Independência/CE, CEP: 63.640-000. Horários de expediente: de 7:30 às 11:30 horas, e de 13:30 as 17:30 horas, de segunda a sexta-feira.

### **4. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS:**

**4.1.** As despesas decorrentes desta licitação correrão por conta da(s) dotação(ões) orçamentária(s): 0501.12.361.1201.2.021/ 0501.12.362.1201.2.023/ 0503.12.361.1203.2.025. Elemento de despesas 33.3.90.39.00.

### **5. DA PARTICIPAÇÃO E DO CREDENCIAMENTO:**

**5.1.** Os interessados em participar deste certame deverão estar credenciados junto a Plataforma da Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil - BLL COMPRAS.

**5.1.1.** As regras para credenciamento estarão disponíveis no sítio constante no subitem 1.2. deste Edital.

**5.2.** Será garantido às licitantes enquadradas como microempresas, empresas de pequeno porte, como critério de desempate, preferência de contratação, de acordo com o previsto na Lei Complementar nº 123/2006, em seu Capítulo V – DO ACESSO AOS MERCADOS / Das Aquisições Públicas.

**5.2.1.** O presente certame não destinará cota reservada para microempresas e empresas de pequeno porte, com espeque no art. 49, incisos II e III, da Lei Complementar nº 123/2006, alterada pela Lei Complementar nº 147/2014 e Lei Complementar nº 155/2016.

**5.3.** Tratando-se de microempresas, empresas de pequeno porte, e que não se encontram em qualquer das exclusões relacionadas no § 4º do artigo 3º da Lei Complementar nº 123/2006 e suas alterações, deverão declarar na Plataforma da Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil - BLL COMPRAS, o exercício do direito de



preferência previsto em Lei.

5.4. A licitante que participar desta licitação com suas condições de habilitação vinculadas ao documento SICAF, obriga-se a declarar, sob as penalidades da lei, a superveniência de fato impeditivo de sua habilitação.

5.5. A participação implica a aceitação integral dos termos deste Edital.

5.6. É vedada a participação de pessoa jurídica nos seguintes casos:

5.6.1. Que tenham em comum mesmo preposto ou procurador.

5.6.2. Que estejam em estado de insolvência civil, sob processo de falência, concordata, recuperação judicial ou extrajudicial (ressalvado o constante nos subitens 11.10.1.1. e 11.10.1.2 do presente Edital), dissolução, fusão, cisão, incorporação e liquidação.

5.6.3. Impedidas de licitar com a Administração.

5.6.4. Suspensas temporariamente de participar de licitação e impedidas de contratar com a Administração.

5.6.5. Declaradas inidôneas pela Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes desta condição.

5.6.6. Servidor público ou empresas cujos dirigentes, gerentes, sócios ou componentes de seu quadro técnico sejam funcionários ou empregados públicos da Administração Pública Municipal Direta ou Indireta (inciso III, art. 9º da Lei Federal nº 8666/93).

5.6.7. Empresas Estrangeiras não autorizadas a funcionar no País.

5.6.8. Empresas cujo objeto social não seja pertinente e compatível com o objeto desta licitação.

5.6.9. Empresas sob a forma de consórcio, qualquer que seja sua constituição.

## 6. DA FORMA DE APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA ELETRÔNICA:

6.1. A Proposta de Preços deverá explicitar nos campos "VALOR UNITÁRIO (R\$)" E "VALOR TOTAL (R\$)", os preços referentes a cada item, incluídos todos os custos diretos e indiretos, em conformidade com as especificações deste Edital. Os campos "marca", "fabricante", e "descrição detalhada do objeto ofertado" deverão ser preenchidos.

6.1.1. A Proposta de Preços Inicial deverá ser informada nos campos DO SISTEMA PROVEDOR DA LICITAÇÃO ELETRÔNICA o "VALOR UNITÁRIO (R\$)" e o "VALOR TOTAL (R\$)", os preços referentes a cada item, incluídos todos os custos diretos e indiretos, em conformidade com as especificações deste Edital. Os campos "marca", "fabricante", e "descrição detalhada do objeto ofertado" deverão ser preenchidos.



**6.1.2. Prazo de validade não inferior a 60 (sessenta) dias, contados a partir da data da sua emissão.**

**6.2. As licitantes encaminharão, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública, EXCLUSIVAMENTE POR MEIO DO SISTEMA DE LICITAÇÕES ELETRÔNICAS (BLL COMPRAS), os Documentos de Habilitação e a Proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço, bem como declaração de responsabilidade pela autenticidade dos documentos apresentados, conforme "ANEXO VII - DECLARAÇÃO DE AUTENTICIDADE DA DOCUMENTAÇÃO", deste Edital.**

**6.3. O envio da proposta inicial acompanhada dos documentos de habilitação ocorrerá exclusivamente no Sistema de Licitações Eletrônicas da Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil - BLL COMPRAS (<https://bllcompras.com/Home/Login>), por meio de chave de acesso e senha.**

**6.4. A licitante deverá informar a condição de microempresa (ME) ou empresa de pequeno porte (EPP) para fazer jus ao tratamento diferenciado da Lei Complementar nº 123, de 2006, no ato do envio da proposta, por intermédio de funcionalidade disponível na Plataforma da Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil - BLL COMPRAS.**

**6.5. As licitantes poderão retirar ou substituir as propostas por elas apresentadas até o término do prazo para recebimento.**

**6.6. SERÁ VEDADA A IDENTIFICAÇÃO DA LICITANTE, POR QUALQUER MEIO OU FORMA, ANTES DA ETAPA DE LANCES.**

**6.7. A proposta inicial compreenderá apenas o cadastro das informações dos valores a serem ofertados para cada item/lote, em local específico na plataforma de licitações provedora da licitação eletrônica (Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil - BLL COMPRAS).**

## **7. DA ABERTURA E ACEITABILIDADE DAS PROPOSTAS:**

**7.1. A abertura da sessão pública deste Pregão, conduzida pelo(a) Pregoeiro(a), ocorrerá na data e na hora indicadas no item 2 deste Edital, no Sistema de Licitações Eletrônicas da Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil.**

**7.2. Durante a sessão pública, a comunicação entre o(a) Pregoeiro(a) e as licitantes participantes ocorrerá exclusivamente mediante troca de mensagens, em campo próprio do Sistema de Licitações Eletrônicas.**

**7.3. Cabe à licitante participante acompanhar as operações no Sistema de Licitações Eletrônicas durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de qualquer mensagem emitida pelo sistema ou de sua desconexão.**

**7.4. Abertas as Propostas, o(a) Pregoeiro(a) fará as devidas verificações, avaliando a aceitabilidade das mesmas quanto aos aspectos materiais e formais. Caso ocorra alguma desclassificação, deverá ser fundamentada e registrada no Sistema de Licitações Eletrônicas.**



7.5. Os preços deverão ser expressos em reais, com até 02 (duas) casas decimais em seus valores globais e unitários, inclusive em propostas de adequação, quando for o caso.

7.6. O Sistema de Licitações Eletrônicas ordenará automaticamente as Propostas classificadas pelo(a) Pregoeiro(a) e somente estas participarão da etapa de lances.

7.7. Na elaboração da Proposta, o preço cotado poderá ultrapassar o limite máximo discriminado no **ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA**. Entretanto, na fase de lances, o lance final deverá atingir preço inferior ou igual ao limite máximo constante do Termo de Referência. Caso não seja realizada a disputa de lances, a licitante que cotou na proposta o menor preço deverá reduzi-lo a um valor inferior ou igual ao limite máximo acima especificado.

7.8. Os documentos que compõem a proposta e a habilitação da licitante melhor classificada, somente serão disponibilizados para avaliação do(a) Pregoeiro(a) e para acesso público após o encerramento da disputa da fase de lances.

## 8. DA ETAPA DE LANCES:

8.1. O(a) Pregoeiro(a) dará início à etapa competitiva no horário previsto no preâmbulo, quando, então, as licitantes poderão encaminhar lances.

8.2. Para efeito de lances, será considerado o **VALOR GLOBAL DO LOTE**.

8.2.1. Aberta a etapa competitiva, será considerado como primeiro lance a proposta inicial (**NÃO IDENTIFICADA**). Em seguida as licitantes poderão encaminhar lances exclusivamente por meio do Sistema de Licitações Eletrônicas, sendo a licitante imediatamente informada do seu recebimento e respectivo horário de registro e valor.

8.2.2. As licitantes participantes poderão ofertar lances sucessivos, desde que inferiores ao seu último lance registrado no Sistema, ainda que este seja maior que o menor lance já ofertado por outra(s) licitante.

8.2.3. Os lances apresentados e levados em consideração para efeito de julgamento serão de exclusiva e total responsabilidade da licitante, não lhe cabendo o direito de pleitear qualquer alteração.

8.2.4. Durante a fase de lances, o(a) Pregoeiro(a) poderá excluir, justificadamente, lance cujo valor seja manifestamente inexequível.

8.3. Durante a sessão pública de disputa, as licitantes serão informadas, em tempo real, do valor do menor lance registrado. O Sistema de Licitações Eletrônicas não identificará o licitante autor dos lances ao(a) Pregoeiro(a) nem aos demais participantes.

8.4. Será adotado para o envio de lances o modo de disputa "**ABERTO E FECHADO**", em que as licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.

8.5. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de 15 (quinze



minutos). Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de tempo de até 10 (dez minutos), aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

8.6. Encerrado o prazo previsto no item 8.5., o sistema abrirá oportunidade para que a licitante da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

8.7. Não havendo pelo menos 03 (três) ofertas nas condições definidas no item 14.8, poderão as licitantes dos melhores lances, na ordem de classificação, até o máximo de 03 (três), oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

8.8. Após o término dos prazos estabelecidos, o Sistema ordenará os lances segundo a ordem crescente de valores.

8.9. Não havendo lance final e fechado classificado na forma estabelecida, haverá o reinício da etapa fechada, para que as demais licitantes, até o máximo de 03 (três), na ordem de classificação, possam ofertar um lance final e fechado em até 05 (cinco) minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

8.10. Poderá o(a) Pregoeiro(a), auxiliado(a) pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da etapa fechada, caso nenhuma licitante classificada na etapa de lance fechado atender às exigências de habilitação.

8.11. No caso de desconexão entre o(a) Pregoeiro(a) e o Sistema de Licitações Eletrônicas no decorrer da etapa competitiva, o Sistema poderá permanecer acessível à recepção dos lances, retornando o(a) Pregoeiro(a), quando possível, sem prejuízos dos atos realizados.

8.12. Quando a desconexão persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão será suspensa, sendo reiniciada somente após comunicação expressa do(a) Pregoeiro(a) aos participantes, através de mensagem no Sistema de Licitações Eletrônicas, divulgando data e hora da reabertura da sessão.

8.13. Após o encerramento dos lances, o Sistema de Licitações Eletrônicas detectará a existência de situação de empate ficto. Em cumprimento ao que determina a Lei Complementar nº 123/2006 e suas alterações, a microempresa, a empresa de pequeno porte e art. 36 do Decreto Federal nº 10.024/2019, e que ofertou lance de até 5% (cinco por cento) superior ao menor preço da arrematante que não se enquadre nessa situação de empate, será convocada pelo(a) Pregoeiro (a), na sala de disputa, para, no prazo de até 05 (cinco) minutos, utilizando-se do direito de preferência, ofertar novo lance inferior ao melhor lance registrado, sob pena de preclusão.

8.14. O disposto no subitem 8.13 não se aplica quando a melhor oferta válida tiver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte.

8.15. Não havendo manifestação da licitante, o Sistema de Licitações Eletrônicas verificará a existência de outra proponente em situação de empate, realizando o



chamado de forma automática. Não havendo outra situação de empate, o Sistema emitirá mensagem, cabendo ao(à) Pregoeiro(a) dar por encerrada a disputa do ITEM/LOTE.

8.16. O Sistema de Licitações Eletrônicas informará a proposta de menor preço ao encerrar a fase de lances.

## 9. DA LICITANTE ARREMATANTE:

9.1. O(A) Pregoeiro(a) poderá negociar exclusivamente por meio de mensagem no chat do Sistema de Licitações Eletrônicas, em campo próprio, a fim de obter melhor preço.

9.2. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o(a) Pregoeiro(a) poderá encaminhar, pelo Sistema de Licitações Eletrônicas, contraproposta a licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste Edital.

9.3. A partir da sua convocação, o(a) arrematante deverá:

9.3.1. Anexar em campo próprio do Sistema de Licitações Eletrônicas, **no prazo de até 02 (DUAS) horas, a PROPOSTA DE PREÇOS com os respectivos valores readequados ao último lance ofertado**, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

9.3.2. Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, o(a) Pregoeiro(a) verificará a habilitação da licitante, observado o disposto neste Edital.

9.4. O descumprimento dos prazos acima estabelecidos é causa de desclassificação da licitante, sendo convocada a licitante subsequente, e assim sucessivamente, observada a ordem de classificação.

9.5. A licitante não poderá cotar proposta com quantitativo do item inferior ao determinado no Edital.

9.6. A licitante declarará (ANEXO VII - MODELO DE DECLARAÇÃO DE INFORMAÇÕES ADICIONAIS) que se compromete a fornecer informações adicionais, solicitadas pelo(a) Pregoeiro(a) ou pela Comissão Permanente de Licitações da Prefeitura Municipal de Independência, como: laudos técnicos de análises do produto, catálogos, e outros, a qualquer tempo e/ou fase do processo licitatório, com finalidade de dirimir dúvida e instruir as decisões relativas ao julgamento.

9.7. O prazo de validade da proposta não poderá ser inferior a 60 (sessenta) dias, contados a partir da data de sua emissão.

9.8. O preço global proposto deverá atender à totalidade da quantidade exigida, não sendo aceitas as que contemplem apenas parte da execução do objeto.

9.9. A licitante deverá reespecificar os valores finais ofertados, a fim de evitar que os valores globais extrapolem o número de 02 (duas) casas decimais após a vírgula.



Caso isto ocorra, o(a) Pregoeiro(a) estará autorizado a adjudicar o objeto realizando arredondamentos a menor no valor cotado.

9.10. Nos preços propostos já estarão incluídas as despesas referentes a frete, tributos, encargos sociais e todos os demais ônus atinentes à entrega do produto/execução do objeto.

9.11. Na elaboração da proposta, o preço cotado não poderá ultrapassar o limite máximo discriminado no Termo de Referência, presentes nos autos do processo em epígrafe.

9.12. Após a apresentação da proposta não caberá desistência.

9.13. Caso necessário, facultativamente o(a) Pregoeiro(a) abrirá prazo de 30 min (trinta minutos) para que o detentor de melhor lance envie ao e-mail informado prova de exequibilidade, devendo demonstrar:

- a) Planilha com os custos do produto de cada item/lote;
- b) Planilha com custo com a logística de execução no município, evidenciando a mão de obra empregada bem como os encargos aplicados no pessoal envolvido com a execução.
- c) Não sendo demonstrada a exequibilidade nestes termos, o(a) Pregoeiro(a) desclassificará a proposta, convocando os licitantes remanescentes na ordem de classificação até a apuração de proposta ou lance vencedor que atenda o requisito de exequibilidade.

## 10. DA HABILITAÇÃO:

10.1. A licitante cadastrada no Sistema de Licitações Eletrônicas da Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil - BLL COMPRAS, obriga-se a declarar, sob as penalidades legais, a superveniência de fato impeditivo da habilitação, na forma do § 2º, do art. 32, da Lei Federal nº 8.666/1993.

10.2. Como condição prévia ao exame dos documentos de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o(a) Pregoeiro(a) verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

10.2.1. Consultas ao Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS), da Controladoria-Geral da União, no sítio ([www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis](http://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis)).

10.2.2. Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa (CNCIA), do Conselho Nacional de Justiça, no sítio ([www.cnj.jus.br/improbidade\\_adm/consultar\\_requerido.php](http://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php)).

10.2.3. Consulta ao Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP do Portal da Transparência, no sítio (<http://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).

10.2.4. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e





também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

**10.2.5.** Constatada a existência de sanção e/ou eventual descumprimento das condições de participação, o(a) Pregoeiro(a) declarará a licitante inabilitada.

**11. OS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO DEVERÃO SER APRESENTADOS DA SEGUINTE FORMA:**

**11.1.** Obrigatoriamente, da mesma sede e igualdade de CNPJ, ou seja, se da matriz, todos da matriz, se de alguma filial, todos da mesma filial, com exceção dos documentos que são válidos tanto para matriz como para todas as filiais. O contrato será celebrado com a sede que apresentou a documentação.

**11.2.** O documento obtido através de sítios oficiais, que esteja condicionado à aceitação via Internet, terá sua autenticidade verificada pelo(a) Pregoeiro(a).

**11.3.** Caso haja documento redigido em idioma estrangeiro, o mesmo somente será considerado se acompanhado da versão em Português, firmada por tradutor juramentado.

**11.4.** O documento apresentado deverá estar dentro do prazo de validade. Na hipótese de no documento não constar expressamente o prazo de validade, este deverá ser acompanhado de declaração ou regulamentação do órgão emissor que disponha sobre sua validade. Na ausência de tal declaração ou regulamentação, o documento será considerado válido pelo prazo de até 90 (noventa) dias, contados a partir da data de sua emissão, quando se tratar de documentos referentes à habilitação fiscal e econômico-financeira.

**11.5.** É dever da licitante atualizar previamente os documentos constantes no Sistema de Licitações Eletrônicas da Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil, para que estejam vigentes na data da abertura da sessão pública, ou encaminhar, em conjunto com a apresentação da proposta, a respectiva documentação atualizada.

**11.6.** A licitante interessada em participar deste certame, deverá apresentar no Sistema de Licitações Eletrônicas da Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil os documentos relacionados nos itens a seguir.

**11.7. HABILITAÇÃO JURÍDICA:**

**11.7.1. REGISTRO COMERCIAL,** no caso de empresário individual, no registro público de empresa mercantil da Junta Comercial; devendo, no caso de a licitante ser a sucursal, filial ou agência, apresentar o registro da Junta onde opera com averbação no registro da Junta onde tem sede a matriz.

**11.7.2. ATO CONSTITUTIVO E ALTERAÇÕES, ESTATUTO OU CONTRATO SOCIAL CONSOLIDADO** em vigor devidamente registrado no registro público de empresa mercantil da Junta Comercial, em se tratando de sociedades empresárias e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus



administradores; devendo, no caso da licitante ser a sucursal, filial ou agência, apresentar o registro da Junta onde opera com averba o no registro da Junta onde tem sede a matriz.

**11.7.3. INSCRI O DO ATO CONSTITUTIVO**, no caso de sociedades simples, no Cartório de Registro das Pessoas Jurídicas acompanhada de prova da diretoria em exercício; devendo, no caso da licitante ser a sucursal, filial ou agência, apresentar o registro no Cartório de Registro das Pessoas Jurídicas do Estado onde opera com averba o no Cartório onde tem sede a matriz.

**11.7.4. DECRETO DE AUTORIZA O**, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e **ATO DE REGISTRO DE AUTORIZA O PARA FUNCIONAMENTO** expedido pelo  rgo competente, quando a atividade assim o exigir.

**11.7.5.** Cédula de identidade do responsável legal ou signatário da proposta.

**11.7.6. PROVA DE INSCRI O:**

11.7.6.1. na Fazenda Federal (CNPJ);

11.7.6.2. na Fazenda Estadual (CGF) no caso de fornecimento de produtos;

11.7.6.3. na Fazenda Municipal (ISS) no caso de prestador de Serviços (se for o caso);

**11.8. REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA:**

**11.8.1. PROVA DE REGULARIDADE PARA COM AS FAZENDAS FEDERAL, ESTADUAL e MUNICIPAL** da sede ou filial da licitante, expedidos pelos  rgos abaixo relacionados e dentro dos seus períodos de validade, devendo os mesmos apresentar igualdade de CNPJ.

a) CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS A CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS FEDERAIS E A D VIDA ATIVA DA UNIÃO, OU EQUIVALENTE, EXPEDIDA PELA PROCURADORIA GERAL DA FAZENDA NACIONAL E RECEITA FEDERAL DO BRASIL.

b) CERTIDÃO(D ES) NEGATIVA DE DÉBITOS ESTADUAIS, OU EQUIVALENTE(S), EMITIDA(S) DE ACORDO COM AS REGRAS DE EMISSÃO DO ESTADO, SEDE DA LICITANTE.

c) CERTIDÃO(D ES) NEGATIVA DE DÉBITOS MUNICIPAIS, OU EQUIVALENTE(S), EMITIDA(S) DE ACORDO COM AS REGRAS DE EMISSÃO DO MUNICÍPIO, SEDE DA LICITANTE.

**11.8.2. CERTIFICADO DE REGULARIDADE DE SITUA O (CRS) OU EQUIVALENTE**, perante o Gestor do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), da jurisdi o da sede ou filial da licitante, devendo o mesmo ter igualdade de CNPJ com os demais documentos apresentados na comprova o da regularidade fiscal e trabalhista.

**11.8.3.** Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresenta o de Certidão Negativa, nos termos do título VII-A da Consolida o das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei n  5.452, de 1  de maio de 1943.



**11.8.4.** A licitante deverá apresentar documento relativo ao cumprimento do disposto no inciso XXXIII, do art. 7º, da Constituição Federal e na Lei Federal nº 9.854/1999 conforme ANEXO III - DECLARAÇÃO RELATIVA AO TRABALHO DE EMPREGADO MENOR.

#### **11.9. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:**

**11.9.1.** A licitante deverá apresentar pelo menos 01 (um) atestado de capacidade técnica, fornecidos por pessoa jurídica de direito público ou privado em nome do licitante, comprovando que a empresa executou/executando objeto compatível em características com o do Termo de Referência da presente licitação.

**11.9.1.1.** Os atestados, certidões ou declarações, contendo a identificação do signatário, deverão ser apresentados em papel timbrado da pessoa jurídica e devem indicar as características do objeto executado ou em execução pela licitante.

**11.9.2.** Declaração explícita de disponibilidade de frota de veículos considerados essenciais para o cumprimento do objeto da licitação, sendo que estes veículos estarão à disposição no prazo definido para assinatura do contrato, caso seja declarado vencedor do certame, sob as penas cabíveis.

**11.9.3.** Declaração expressa do licitante que se for vencedor do certame que disponibilizará para a execução do contrato veículos em perfeita condição de uso e segurança, sujeito a constante fiscalização da Administração Pública Municipal de acordo com o Código de Transito Brasileiro.

**11.9.4.** Prova de inscrição ou registro da LICITANTE junto a Agência Reguladora do Estado do Ceará - ARCE, tratando-se de empresas sediadas no Estado do Ceará, ou órgão equivalente tratando-se de empresas sediadas em outras federações.

#### **11.10. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:**

**11.10.1. Certidão Negativa de Falência, Concordata, Recuperação Judicial ou Extrajudicial**, expedida por quem de competência na sede da pessoa jurídica ou certidão negativa de execução patrimonial expedida no domicílio da pessoa física, ressalvado o disposto nos subitens abaixo:

**11.10.1.1.** Na ausência da Certidão Negativa, a licitante em Recuperação Judicial deverá comprovar a sua viabilidade econômica, mediante documento (certidão ou assemelhado) emitido pela instância judicial competente; ou concessão judicial da recuperação, nos termos do artigo 58 da Lei 14.112/2020; ou homologação do plano de recuperação extrajudicial, no caso da licitante se encontrar em recuperação extrajudicial, nos termos do artigo 164, § 5º da lei 14.112/2020.

**11.10.1.2.** A empresa em recuperação judicial/extrajudicial com recuperação judicial concedida/plano de recuperação extrajudicial homologado deverá demonstrar os demais requisitos para habilitação econômico-financeira.

**11.10.2. BALANÇO PATRIMONIAL** e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação



financeira da licitante, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais, quando encerrado há mais de 03 (três) meses da data de apresentação da proposta.

**11.10.3.** O balanço deverá ser acompanhado dos termos de abertura e de encerramento do Livro Diário, todos registrados e autenticados na Junta Comercial, constando, necessariamente, o número do Livro Diário e das respectivas folhas nas quais se acha transcrito, devendo tanto o balanço quanto os termos ser assinados por contador(es) registrado(s) no Conselho Regional de Contabilidade e pelo titular ou representante legal da empresa.

**11.10.4.** Serão aceitos o balanço patrimonial, demonstrações contábeis, termos de abertura e encerramento do livro Diário, transmitidos via SPED, acompanhados do recibo de entrega de escrituração contábil digital, respeitada a INRFB vigente.

**11.10.5.** O balanço patrimonial apresentado deverá corresponder aos termos de abertura e encerramento do Livro Diário apresentado.

**11.10.6.** No caso de sociedade por ações, o balanço deverá ser acompanhado da publicação em jornal oficial e em jornal de grande circulação e do registro na Junta Comercial.

**11.10.7.** No caso de Licitante recém-constituída (há menos de 01 (um) ano), deverá ser apresentado o balanço de abertura acompanhado dos termos de abertura e de encerramento devidamente registrados na Junta Comercial, constando, ainda, no balanço, o número do Livro Diário e das folhas nos quais se acham transcrito ou a autenticação da junta comercial, devendo ser assinado por contador registrado no Conselho Regional de Contabilidade e pelo titular ou representante legal da empresa.

**11.10.8.** No caso de sociedade simples, o balanço patrimonial deverá ser inscrito no Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas, assinado por contador registrado no Conselho Regional de Contabilidade e pelo titular ou representante legal da instituição, atendendo aos índices estabelecidos neste instrumento convocatório.

**11.10.9. COMPROVAÇÃO DA BOA SITUAÇÃO FINANCEIRA** da licitante atestada por documento, assinado por profissional legalmente habilitado junto ao Conselho Regional de Contabilidade da sede ou filial da licitante, demonstrando que a empresa apresenta índice de Liquidez Geral (LG) maior ou igual a 1,0 (um vírgula zero), calculada conforme a fórmula abaixo:

$$LG = \frac{AC+ARLP}{PC+PELP}$$

**Onde:**

AC: Ativo Circulante;  
ARLP: Ativo Realizável a Longo Prazo;  
PC: Passivo Circulante;  
PELP: Passivo Exigível a Longo Prazo

**11.10.10. OUTROS DOCUMENTOS:**



11.10.10.1. Declaração de responsabilidade pela autenticidade dos documentos apresentados, conforme modelo (ANEXO V – DECLARAÇÃO DE AUTENTICIDADE DOS DOCUMENTOS), deste Edital.

11.10.10.2. Declaração de que a licitante se compromete em fornecer informações adicionais, solicitadas pelo(a) Pregoeiro(a) ou pela Comissão Permanente de Licitações da Prefeitura Municipal de Independência, como: laudos técnicos de análises do produto, catálogos, e outros, a qualquer tempo e/ou fase do processo licitatório, com finalidade de dirimir dúvida e instruir as decisões relativas ao julgamento, conforme modelo (ANEXO VI - MODELO DE DECLARAÇÃO DE INFORMAÇÕES ADICIONAIS), deste Edital

## 12. OUTRAS DISPOSIÇÕES RELATIVAS À HABILITAÇÃO:

12.9. Havendo restrição quanto à regularidade fiscal e trabalhista da microempresa, da empresa de pequeno porte, será assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da convocação por parte do(a) Pregoeiro(a), para a regularização do(s) documento(s), podendo tal prazo ser prorrogado por igual período, conforme dispõe a Lei Complementar nº 123/2006.

12.10. A não comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, até o final do prazo estabelecido, implicará na decadência do direito, sem prejuízo das sanções cabíveis, sendo facultado ao(à) Pregoeiro(a) convocar as licitantes remanescentes, por ordem de classificação.

## 13. DOS CRITÉRIOS DE JULGAMENTO:

13.1. Para julgamento das propostas será adotado o critério de **MENOR PREÇO**, observado o estabelecido nas condições definidas neste Edital e o disposto no Termo de Referência que norteia a contratação, tomando-se como parâmetro, para tanto, o menor preço coletado, ou, na sequência, a média de preços, sempre buscando alcançar a vantajosidade.

13.1.1. A disputa será realizada por LOTE, sendo os preços registrados em Ata, pelo valor unitário do item.

13.1.2. A proposta final global não poderá conter item com valor superior ao estimado pela Administração, sob pena de desclassificação, independentemente do valor total do ITEM, devendo a licitante readequar o valor do(s) item(ns) aos valores constantes no Termo de Referência do Edital.

13.1.3. Na fase de lances, o lance final deverá atingir preço inferior ou igual ao limite máximo constante daquele Termo de Referência; Caso não seja realizada a disputa de lances, a licitante que cotou na proposta o menor preço deverá reduzi-lo a um valor inferior ou igual ao limite máximo do referido Termo de Referência.

13.1.4. Se a proposta de menor preço não for aceitável, ou, ainda, se a licitante desatender às exigências habilitatórias, o(a) Pregoeiro(a) examinará a proposta subsequente, verificando sua compatibilidade e a habilitação da participante, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta que atenda a este Edital.



13.1.5. A licitante remanescente que esteja enquadrada no percentual estabelecido no art. 44, § 2º, da Lei Complementar nº 123/2006, no dia e hora designados pelo(a) Pregoeiro(a), será convocada na ordem de classificação, no "chat de mensagem", para ofertar novo lance inferior ao melhor lance registrado no LOTE, para, no prazo de 05 (cinco) minutos, utilizar-se do direito de preferência, observado o item 8.14.

#### **14. SERÃO DESCLASSIFICADAS AS PROPOSTAS DE PREÇOS:**

14.1. Em condições ilegais, omissões, ou conflitos com as exigências deste Edital.

14.2. Com preços superiores aos constantes nos ITENS constantes no Termo de Referência no processo em epígrafe, após a fase de lances ou comprovadamente inexequíveis.

14.3. Considera-se manifestamente inexequível a proposta de preços que, comprovadamente, for insuficiente para a cobertura dos custos da contratação, resulte preço global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e tarifas de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido preços mínimos.

14.3.1. Se houver indícios de inexequibilidade da Proposta de Preços, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, na forma do § 3º, do artigo 43 da Lei nº 8.666, de 1993.

14.4. Será vedada a identificação da licitante, por qualquer meio ou forma, antes da etapa de lances.

14.5. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no Sistema de Licitações Eletrônicas.

#### **15. DOS PEDIDOS DE ESCLARECIMENTOS E DA IMPUGNAÇÃO DO ATO CONVOCATÓRIO:**

15.1. Os pedidos de esclarecimentos referentes ao Edital deverão ser enviados ao(à) Pregoeiro(a), até 03 (três) dias úteis anterior à data fixada para abertura das propostas, **EXCLUSIVAMENTE** por meio eletrônico, na plataforma ou no endereço de e-mail ([licitacaoIndependencia@gmail.com](mailto:licitacaoIndependencia@gmail.com)), informando o número deste pregão no Sistema de Licitações Eletrônicas da Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil – BLL - COMPRAS, e o órgão interessado. Além de CNPJ, Razão Social e nome do representante que pediu esclarecimentos, se pessoa jurídica, ou CPF, se pessoa física, e disponibilizando as informações para contato (endereço completo, telefone, fax e e-mail).

15.2. O(A) Pregoeiro(a) responderá aos pedidos de esclarecimentos no prazo de 02 (dois) dias úteis, contado da data de recebimento do pedido, e poderá requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração do edital e dos anexos.

15.2.1. As respostas aos pedidos de esclarecimentos serão divulgadas pelo sistema e vincularão os participantes e a administração.



15.3. Qualquer pessoa poderá impugnar os termos do edital do pregão, **EXCLUSIVAMENTE** por meio do Sistema de Licitações Eletrônicas da Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil, na forma prevista no edital, até 03 (três) dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública.

15.4. Não serão conhecidas as impugnações apresentadas fora do prazo legal e/ou subscritas por representante não legitimado legalmente, exceto se se tratar de matéria de ordem pública.

15.5. A impugnação não possui efeito suspensivo e caberá ao(a) Pregoeiro(a), auxiliado pelos responsáveis pela elaboração do edital e dos anexos, decidir sobre a impugnação no prazo de 02 (dois) dias úteis, contado do data de recebimento da impugnação.

15.6. Acolhida a petição contra o ato convocatório, a decisão será comunicada aos interessados e será designada nova data para a realização do certame, exceto se a alteração não afetar a formulação das Propostas de Preços.

15.7. O (A) Pregoeiro (a) poderá solicitar manifestação técnica da assessoria jurídica ou de outros setores do órgão ou da entidade, a fim de subsidiar sua decisão.

15.8. As respostas às impugnações e pedidos de esclarecimentos aderem a este Edital tal como se dele fizessem parte, vinculando a Administração e as licitantes.

15.9. Qualquer modificação no Edital exige divulgação pelo mesmo instrumento de publicação em que se deu o texto original, reabrindo-se o prazo inicialmente estabelecido, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das Propostas de Preços.

## 16. DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS:

16.1. Declarada a vencedora, qualquer licitante poderá manifestar, de forma imediata e motivada, a intenção de interpor recurso, **em campo próprio do Sistema no prazo de até 30 (trinta) minutos depois de declarado habilitado**, quando lhe será concedido o prazo de 03 (três) dias úteis para apresentação das razões do recurso no Sistema de Licitações Eletrônicas da Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil. As demais licitantes ficam desde logo convidadas/notificadas a apresentar contrarrazões dentro de igual prazo, que começará a contar a partir do término do prazo da recorrente, sendo-lhes assegurado vista imediata dos autos.

16.2. A ausência de manifestação imediata e motivada da licitante quanto à intenção de recorrer, nos termos do item 16.9., importará na decadência desse direito, e o(a) Pregoeiro(a) estará autorizado(a) a adjudicar o objeto à licitante declarada vencedora.

16.3. Não serão conhecidos os recursos intempestivos e/ou subscritos por representante não legitimado legalmente ou não identificado no processo licitatório para responder pela proponente.

16.4. O acolhimento de recurso importará na invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.



16.5. A decisão em grau de recurso será definitiva, e dela dar-se-á conhecimento aos licitantes, nos endereços eletrônicos constantes no item 1, subitem 1.1. e 1.2. deste Edital.

#### **17. DA ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO DO RESULTADO DA LICITAÇÃO:**

17.1. A adjudicação dar-se-á pelo(a) Pregoeiro(a) quando não ocorrer interposição de recursos. Caso contrário, a adjudicação ficará a cargo da autoridade competente.

17.2. A homologação da licitação é de responsabilidade da autoridade competente e só poderá ser realizada depois da adjudicação do objeto ao vencedor.

17.3. No caso de interposição de recurso, sendo a adjudicação da competência do(a) titular da origem desta licitação. Decidido o recurso, este homologará o julgamento do(a) Pregoeiro(a) e adjudicará o objeto à vencedora.

17.4. O(A) titular da origem desta licitação se reserva ao direito de não homologar ou revogar o presente processo por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado e mediante fundamentação escrita.

17.5. O Sistema de Licitações Eletrônicas gerará ata circunstanciada, na qual estarão registrados todos os atos do procedimento e as ocorrências relevantes da sessão.

#### **17.6. REQUISITO PARA CONTRATAÇÃO:**

17.6.1. O vencedor terá o prazo de até 05 (cinco) dias úteis, contados a partir do recebimento da convocação, para assinatura do contrato, quando deverá comparecer a Comissão Permanente de Licitação, localizada na Rua do Cruzeiro, nº 144, Bairro Centro, em Independência-Ce, CEP: 63.640-000.

17.6.2. Para assinatura do contrato, o vencedor do certame deverá apresentar a documentação de propriedade de no mínimo 10% (dez por cento) da frota dos veículos para a execução dos serviços e a posse legal dos demais a serem utilizados na execução do contrato. Caso os veículos sejam de propriedade da licitante, deverá ser anexada toda documentação que comprove a regularidade do veículo (mediante apresentação de cópia do CRLV do veículo).

#### **18. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA E DA CONTRATANTE:**

18.1. As obrigações da CONTRATADA e da CONTRATANTE estão estabelecidas no ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA deste Edital.

#### **19. DA ENTREGA, RECEBIMENTO E CRITÉRIO DE ACEITAÇÃO DO OBJETO:**

19.1. Os critérios de aceitação do objeto estão previstos no ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA deste Edital.

#### **19.2. Quanto à entrega/execução:**

19.2.1. O objeto contratual deverá ser entregue/executado em conformidade com as especificações estabelecidas neste instrumento, nos locais indicados no ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA do presente Edital.

19.2.2. O início do prazo de entrega/execução do objeto a ser adquirido/contratado será de até 05 (cinco) dias, contados da data de recebimento da Nota de Empenho ou





GOVERNO MUNICIPAL  
**INDEPENDÊNCIA**  
JUNTOS FAZENDO ACONTECER

PAÇO MUNICIPAL DEP. ALCEU VIEIRA COUTINHO  
**GOVERNO MUNICIPAL DE INDEPENDÊNCIA**



instrumento equivalente.

19.2.3. Os atrasos ocasionados por motivo de força maior ou caso fortuito, desde que justificados até 02 (dois) dias úteis antes do término do prazo de entrega/execução, e aceitos pela CONTRATANTE, não serão considerados como inadimplemento contratual.

19.2.4. A responsabilidade administrativa pelo recebimento do objeto tal qual estipulado no edital será exclusiva do servidor autorizado pelo órgão participante, encarregado de acompanhar a execução do processo de entrega e recebimento de objeto da Ata, conforme o art. 67 da Lei Federal nº 8.666/93.

19.2.5. O objeto deverá ser entregue/executado rigorosamente de acordo com as especificações estabelecidas no ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA deste Edital, bem como na proposta vencedora, sendo que a não observância destas condições, implicará na não aceitação do mesmo, sem que caiba qualquer tipo de reclamação ou indenização por parte da inadimplente.

19.2.6. A CONTRATANTE designará servidor/comissão, cujo propósito será o acompanhamento da entrega/execução e a conferência desta com as especificações contidas na proposta de preços e no ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA. Caso o objeto esteja em desacordo com as especificações contidas naqueles instrumentos, será rejeitado o recebimento do mesmo.

### 19.3. Quanto ao recebimento:

19.3.1. **PROVISORIAMENTE**, mediante recibo/solicitações, para efeito de posterior verificação da conformidade do objeto com as especificações, devendo ser feito por pessoa devidamente designada pela CONTRATANTE.

19.3.2. **DEFINITIVAMENTE**, sendo expedido Termo de Recebimento Definitivo, após verificação da qualidade e da quantidade do objeto, certificando-se de que todas as condições estabelecidas foram atendidas e a consequente aceitação das notas fiscais pelo Gestor da Contratação, devendo haver rejeição no caso de desconformidade. O recebimento definitivo deverá ser também atestado por comissão de, no mínimo, 03 pessoas devidamente designada pela CONTRATANTE, conforme parágrafo 8, do artigo 15 da Lei Federal nº 8666/93.

19.3.3. A Administração rejeitará, no todo ou em parte, a execução dos serviços em desacordo com as especificações exigidas.

19.3.4. Em caso de troca do objeto a mesma deverá ser efetuada no endereço do órgão contratante.

19.3.5. A CONTRATADA deverá providenciar a troca do objeto no prazo máximo de setenta e duas (72) horas do registro da ocorrência.

19.3.6. A eventual rejeição do objeto, por estar em desacordo com as especificações, não justificará possível atraso no prazo de entrega/execução fixado, sujeitando a licitante vencedor às sanções previstas.

### 20. DO PAGAMENTO:

20.1. O pagamento será efetuado mensalmente após a emissão da nota de empenho e será no prazo máximo de 30 (trinta) dias a contar da entrega do objeto, mediante crédito em conta corrente em nome da CONTRATADA.

20.2. A nota fiscal/fatura que apresente incorreções será devolvida à CONTRATADA para as devidas correções. Nesse caso, o prazo de que trata o subitem anterior



começará a fluir a partir da data de apresentação da nota fiscal/fatura corrigida.

20.3. Não será efetuado qualquer pagamento à CONTRATADA, em caso de descumprimento do objeto, conforme especificações exigidas na licitação.

20.4. É vedada a realização de pagamento antes da execução do objeto ou se o mesmo não estiver de acordo com as especificações deste instrumento.

20.5. Os pagamentos encontram-se ainda condicionados à apresentação dos seguintes comprovantes:

20.5.1. Documentação relativa à regularidade para com as Fazendas Federal, Estadual e Municipal, o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e a Justiça Trabalhista.

20.6. Toda a documentação exigida deverá ser apresentada em original ou por qualquer processo dereprografia, obrigatoriamente autenticada em cartório. Caso esta documentação tenha sido emitida pela Internet, só será aceita após a confirmação de sua autenticidade.

## 21. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS:

21.1. Pela inexecução total ou parcial do contrato, erro de execução imperfeita, mora de execução, inadimplemento contratual ou não veracidade das informações prestadas, a CONTRATADA ficará sujeita as sanções administrativas previstas no art. 87 da Lei de nº 8.666/93, a ser aplicada pela autoridade competente da Secretaria, conforme a gravidade do caso, assegurada a ampla defesa e o contraditório, sem prejuízo do ressarcimento dos danos porventura causados à Administração, e das cabíveis cominações legais.

21.2. A CONTRATADA estará sujeita as seguintes sanções administrativas, garantida a préviadefesa:

I. Advertência;

II. Multas, estipuladas na forma a seguir:

a) 0,03% (três centésimos por cento) do valor total da nota de empenho, para cada dia de atraso na execução. Decorridos 30 (trinta) dias em atraso o Contratante poderá decidir pela continuidade da multa ou pela rescisão, em razão da inexecução total;

b) 0,06% (seis centésimos por cento) por dia sobre o valor do fato ocorrido, para ocorrências de atrasos em qualquer outro prazo previsto neste instrumento, não abrangido pelas demais alíneas;

c) 1,0% (um por cento) sobre o valor global atualizado do contrato, quando ocorrer a postergação da execução de serviços, em desacordo com o previsto no cronograma, sem o consentimento da Contratante;

d) 5,0% (cinco por cento) sobre o valor global atualizado do contrato, pela não manutenção das condições de habilitação e qualificação exigidas no instrumento convocatório;

e) 10,0% (dez por cento) sobre o valor global do contrato, nas hipóteses de recusa na assinatura, rescisão por inexecução – caracterizando-se quando houver reiterado descumprimento de obrigações assumidas – entrega inferior a 50% (cinquenta por cento) do quantitativo registrado, atraso superior ao prazo limite de trinta dias,



estabelecido na alínea "a", ou os serviços forem prestados fora das especificações constantes da proposta da contratada.

III. Impedimento de licitar e contratar com a Administração, sendo, então, descredenciada no cadastro de fornecedores da Comissão Permanente de Licitação, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, sem prejuízo das multas previstas neste instrumento e das demais cominações legais.

21.3. O valor correspondente a qualquer multa aplicada à contratada, garantida a observância dos princípios do contraditório e da ampla defesa, deverá ser descontado via Documento de Arrecadação Municipal – DAM, em até 15 (quinze) dias após o recebimento da notificação, ficando a contratada obrigada a comprovar o recolhimento mediante a apresentação da cópia do referido documento. O DAM poderá ser obtido na Secretaria de Finanças do Município de Independência.

21.4. Decorrido o prazo de 15 (quinze) dias para o recolhimento da multa, o débito será acrescido de 1% (um por cento) de mora por mês/fração, inclusive referente ao mês da quitação/consolidação do débito, limitado o pagamento com atraso em até 60 (sessenta) dias após a data da notificação, e, após este prazo, o débito será cobrado judicialmente.

21.5. As multas não têm caráter indenizatório e seu pagamento não eximirá a contratada de ser acionada judicialmente pela responsabilidade civil derivada de perdas e danos junto à contratante, decorrentes das infrações cometidas.

21.6. Nenhuma sanção será aplicada sem garantia da ampla defesa e do contraditório, na forma da lei.

## **22. DA FRAUDE E DA CORRUPÇÃO**

22.1. Os licitantes devem observar e o(a) CONTRATADO(A) deve observar e fazer observar, por seus fornecedores e subcontratados, se admitida subcontratação, o mais alto padrão de ética durante todo o processo de licitação, de contratação e de execução do objeto contratual.

**Para os propósitos desta cláusula, definem-se as seguintes práticas:**

- a) "PRÁTICA CORRUPTA": oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação de servidor público no processo de licitação ou na execução de contrato;
- b) "PRÁTICA FRAUDULENTA": a falsificação ou omissão dos fatos, com o objetivo de influenciar o processo de licitação ou de execução de contrato;
- c) "PRÁTICA COLUSIVA": esquematizar ou estabelecer um acordo entre dois ou mais licitantes, com ou sem o conhecimento de representantes ou prepostos do órgão licitador, visando estabelecer preços em níveis artificiais e não-competitivos;
- d) "PRÁTICA COERCITIVA": causar dano ou ameaçar causar dano, direta ou indiretamente, às pessoas ou sua propriedade, visando influenciar sua participação em um processo licitatório ou afetar a execução do contrato;
- e) "PRÁTICA OBSTRUTIVA": (I) destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em inspeções ou fazer declarações falsas aos representantes do organismo financeiro

multilateral, com o objetivo de impedir materialmente a apuração de alegações de prática prevista, deste Edital; (II) atos cuja intenção seja impedir materialmente o exercício do direito de o organismo financeiro multilateral promover inspeção.

### 23. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:

23.1. Esta licitação não importa necessariamente em contratação, podendo a autoridade competente revogá-la por razões de interesse público, anulá-la por ilegalidade de ofício ou por provocação de terceiros, mediante decisão devidamente fundamentada, sem quaisquer reclamações ou direitos à indenização ou reembolso.

23.2. É facultada ao(à) Pregoeiro(a) ou à Autoridade Superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo licitatório, vedada a inclusão posterior de documentos que deveriam constar originariamente na proposta e na documentação de habilitação.

23.3. O descumprimento de prazos estabelecidos neste Edital e/ou pelo(a) Pregoeiro(a) junto ao Sistema de Licitações Eletrônicas, ou o não atendimento às solicitações/determinações, ensejará **DESCCLASSIFICAÇÃO** ou **INABILITAÇÃO**.

23.4. Toda a documentação ANEXADA AO SISTEMA fará parte dos autos.

23.5. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital excluir-se-ão os dias de início e incluir-se-ão os dias de vencimento. Os prazos estabelecidos neste Edital se iniciam e se vencem somente em dias úteis.

23.6. As licitantes são responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.

23.7. O desatendimento de exigências formais não essenciais não implicará no afastamento do licitante, desde que seja possível a aferição da sua qualificação e a exata compreensão da sua proposta.

23.8. Caberá à licitante acompanhar as operações no Sistema de Licitações Eletrônicas, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo Sistema ou de sua desconexão.

23.9. O(a) Pregoeiro(a) poderá sanar erros formais que não acarretem prejuízos para o objeto da licitação, a Administração e os licitantes, dentre estes, os decorrentes de operações aritméticas.

23.10. Todas e quaisquer comunicações com o(a) Pregoeiro(a) dar-se-ão exclusivamente por meio do Sistema de Licitações Eletrônicas, no endereço constante no item 1., subitem 1.1., e 1.2., ou via e-mail: ([licitacaoIndependencia@gmail.com](mailto:licitacaoIndependencia@gmail.com)), ou no próprio chat da Plataforma da Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil - BLL COMPRAS em que estará acontecendo o certame.

23.11. É vedado ao(à) Pregoeiro(a), sob qualquer hipótese ou pretexto, prestar quaisquer informações sobre pregão já publicado e/ou em andamento, usando telefonia fixa ou móvel, como forma de garantir a lisura do certame.



GOVERNO MUNICIPAL  
**INDEPENDÊNCIA**  
JUNTOS FAZENDO ACONTECER

PAÇO MUNICIPAL DEP. ALCEU VIEIRA COUTINHO  
**GOVERNO MUNICIPAL DE INDEPENDÊNCIA**



23.12. Os casos omissos serão resolvidos pelo(a) Pregoeiro(a), nos termos da legislação pertinente.

23.13. Havendo divergência nas informações cadastradas no Sistema de Licitações Eletrônicas da Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil e o disposto no Edital e anexos, prevalecerão as do Edital e anexos.

23.14. As normas que disciplinam este pregão serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa.

23.15. A apresentação, por parte das licitantes, de DECLARAÇÃO FALSA relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação, aos impedimentos de participação ou ao enquadramento como microempresa ou empresa de pequeno porte sujeitará a licitante às sanções previstas neste Edital, e art. 37 da Lei Complementar nº 123/2006, independentemente da adoção de providências quanto à responsabilização penal, com fundamento no art. 90 da Lei nº 8.666/93 e art. 299 do Código Penal Brasileiro.

23.16. Serão consideradas como não apresentadas as declarações não assinadas pelo representante legal da empresa ou seu procurador, considerando-se, diante da ausência de assinatura, desclassificada a proposta ou inabilitada a empresa, conforme a fase em que a declaração deva ser apresentada.

23.17. O foro designado para julgamento de quaisquer questões judiciais resultantes deste Edital será o da Comarca de Independência, do Estado do Ceará.

#### 24. DOS ANEXOS:

24.1. Constituem anexos deste Edital, dele fazendo parte:

**ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA**

**ANEXO II - MODELO DA PROPOSTA DE PREÇOS**

**ANEXO III - MODELO DE DECLARAÇÃO RELATIVA AO TRABALHO DE EMPREGADO MENOR**

**ANEXO IV - MINUTA DO CONTRATO**

**ANEXO V - MODELO DE DECLARAÇÃO DE AUTENTICIDADE DOS DOCUMENTOS**

**ANEXO VI - MODELO DE DECLARAÇÃO DE INFORMAÇÕES ADICIONAIS**

Independência/CE, 05 de julho de 2022.

*Maria Dvanira Canuto Bezerra*

Maria Dvanira Canuto Bezerra

Pregoeira - Prefeitura Municipal de Independência



GOVERNO MUNICIPAL  
**INDEPENDÊNCIA**  
JUNTOS FAZENDO ACONTECER

PAÇO MUNICIPAL DEP. ALCEU VIEIRA COUTINHO  
**GOVERNO MUNICIPAL DE INDEPENDÊNCIA**



**TERMO DE REFERÊNCIA**

**1. UNIDADES REQUISITANTES: SECRETARIA DA EDUCA O;**

**2. DO OBJETO:** Constitui objeto da presente licita o a **CONTRATA O DE EMPRESA PARA A PRESTA O DE SERVIÇO DE TRANSPORTE ESCOLAR, PARA ATENDER A DEMANDA DO MUNICÍPIO DE INDEPENDÊNCIA/CE.**

2.2. Este objeto será realizado através de licita o na modalidade **PREGÃO**, na forma **ELETRÔNICA**, do tipo **MENOR PREÇO POR LOTE**, sob regime de execu o indireta.

**3. DA JUSTIFICATIVA:**

A pretendida contrata o se justifica em decorrência dos serviços de transporte escolar, necessários ao atendimento das obriga es administrativas do município de Independência, a fim de assegurar o direito ao transporte de alunos as unidades de ensino, que se estabelece em um direito garantido pela Constitui o Federal de 1988, em seu artigo 208, inciso VII, que garante, entre outros benefícios, o transporte para os estudantes.

O objetivo   promover o acesso e a permanência dos alunos em sala de aula e, assim contribuir para a diminui o dos indices de evasão escolar, e um dos grandes motivos que levam os alunos a faltarem as aulas e mesmo a abandonarem a escola,   a dificuldade de chegar até ela. Por isso a Lei de Diretrizes e Bases da Educa o define que os estados e municípios devem ser responsáveis pelo transporte de alunos da rede pública de ensino. O Governo Federal, por sua vez,   o responsável por prestar assistência técnica e financeira aos estados e municípios para que esse direito seja garantido.

As peculiaridades para a execu o dos referidos serviços no âmbito municipal incluem rotas em locais e percursos com diversos tipos de estradas de difícil acesso, rotas com percurso de pequena quilometragem, mas que exigem a completa disponibilidade do veículo para a presta o desse tipo de serviço. Por tanto, os serviços que constituem o objeto deste Termo de Referência estão especificados na Planilha abaixo com os itinerários e quantitativos necessários referente ao percurso (ida e volta), a quantidade de dias e demais informa es necessárias para execu o do objeto.

Quanto ao critério de julgamento de menor preço, deve ser levado em considera o o preço médio resultante das pesquisas realizadas pelo setor de compras. Espera-se com isso conseguir a proposta mais vantajosa para a Administra o, melhor alocando os recursos públicos, fator indispensável   boa gestão administrativa.

**4. VALOR ESTIMADO GLOBAL: R\$ 13.347.963,20 (TREZE MILHÕES, TREZENTOS E QUARENTA E SETE MIL, NOVECENTOS E SESENTA E TRÊS REAIS E VINTE CENTAVOS).**

4.1. O valor estimado do Termo de Referência foi obtido através da média das pesquisa de preço, realizada com 03 (três) fornecedores do ramo da pretendida contrata o, conforme mapa de cota o parte integrante do processo.

**5. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS:**



GOVERNO MUNICIPAL  
**INDEPENDÊNCIA**  
JUNTOS FAZENDO ACONTECER

PAÇO MUNICIPAL DEP. ALCEU VIEIRA COUTINHO  
**GOVERNO MUNICIPAL DE INDEPENDÊNCIA**



5.1. As despesas decorrentes da contratação correrão por conta das dotações orçamentárias: 0501.12.361.1201.2.021/ 0501.12.362.1201.2.023/  
0503.12.361.1203.2.025; Elemento de despesas 33.3.90.39.00.

**6. DA DESCRIÇÃO DO SERVIÇO:**

LOTE I - VEÍCULOS COM CAPACIDADE DE 08 A 16 PASSAGEIROS											
ITEM	ROTA	Nº DE ALUNOS	TURNO	VEÍCULO	KM / DIA	QUANT. DIAS / MÊS	KM MÊS	KM TOTAL (10 MESES)	VR. KM	VR. MENSAL	VR. TOTAL
1	JERICÓ - OITICICA - PALESTINA	12	M	VEÍCULO COM CAPACIDADE MÍNIMA DE 15 PASSAGEIROS.	22	22	484	4.840	10,35	5.009,40	50.094,00
2	CONTAS - OITICICA - JERICÓ - PALESTINA	8	T	VEÍCULO COM CAPACIDADE MÍNIMA DE 12 PASSAGEIROS.	37	22	814	8.140	10,35	8.424,90	84.249,00
3	LIOLANDIA - PALESTINA	8	M	VEÍCULO COM CAPACIDADE MÍNIMA DE 12 PASSAGEIROS.	6	22	132	1.320	10,35	1.366,20	13.662,00
4	LIOLANDIA - PALESTINA	7	T	VEÍCULO COM CAPACIDADE MÍNIMA DE 8 PASSAGEIROS.	6	22	132	1.320	10,35	1.366,20	13.662,00
5	MORRO DOS BARBOSA - ADÃO	7	M	VEÍCULO COM CAPACIDADE MÍNIMA DE 8 PASSAGEIROS.	26	22	572	5.720	10,35	5.920,20	59.202,00
6	TANQUINHO - GURITIBA - MILAGRES - PARAISO - CONCEIÇÃO - BUQUIRÃO - EMATUBA	8	M	VEÍCULO COM CAPACIDADE MÍNIMA DE 12 PASSAGEIROS.	55	22	1.210	12.100	10,35	12.523,50	125.235,00
7	TANQUINHO - EMATUBA	10	N	VEÍCULO COM CAPACIDADE MÍNIMA DE 12 PASSAGEIROS.	26	22	572	5.720	10,35	5.920,20	59.202,00
8	SABIA - CACIMBINHA - BARRINHA - SÃO FRANCISCO - SÃO JOSÉ - AÇUDINHO - TAPERA - EMATUBA	6	N	VEÍCULO COM CAPACIDADE MÍNIMA DE 10 PASSAGEIROS.	28	22	616	6.160	10,35	6.375,60	63.756,00
9	JARDIM - INGA - JARDIM - SÃO JOAQUIM - MULUMGU - SÃO JOAQUIM	6	M	VEÍCULO COM CAPACIDADE MÍNIMA DE 12 PASSAGEIROS.	62	22	1.364	13.640	10,35	14.117,40	141.174,00
10	MORRO AGUDO - IRAPUÁ - MULUMGU - SÃO JOAQUIM	8	T	VEÍCULO COM CAPACIDADE MÍNIMA DE 12 PASSAGEIROS.	50	22	1.100	11.000	10,35	11.385,00	113.850,00
11	MORRO AGUDO - IRAPUÁ - MALHADA DA AREIA - SÃO JOAQUIM	7	M	VEÍCULO COM CAPACIDADE MÍNIMA DE 10 PASSAGEIROS.	52	22	1.144	11.440	10,35	11.840,40	118.404,00
12	MADEIRA CORTADA - LOGRADOURO - ESPÍRITO SANTO - CACHOEIRA DE FOGO	8	M	VEÍCULO COM CAPACIDADE MÍNIMA DE 10 PASSAGEIROS.	43	22	946	9.460	10,35	9.791,10	97.911,00
13	GROTA GRANDE - AGUA FRIA - PITOBEIRA -	10	M	VEÍCULO COM CAPACIDADE MÍNIMA DE 15	88	22	1.936	19.360	10,35	20.037,60	200.376,00



GOVERNO MUNICIPAL  
**INDEPENDÊNCIA**  
JUNTOS FAZENDO ACONTECER

PAÇO MUNICIPAL DEP. ALCEU VIEIRA COUTINHO  
**GOVERNO MUNICIPAL DE INDEPENDÊNCIA**



	VARZINHA - INDEPENDÊNCIA			PASSAGEIROS.							
14	GROTA GRANDE - MULUNGU - BISPADO - BOA ESPERANÇA - RIACHO DO MEIO	12	M	VEÍCULO COM CAPACIDADE MÍNIMA DE 15 PASSAGEIROS.	50	22	1.100	11.000	10,35	11.385,00	113.850,00
15	TECELÃO - BR 226	12	M	VEÍCULO COM CAPACIDADE MÍNIMA DE 15 PASSAGEIROS.	32	22	704	7.040	10,35	7.286,40	72.864,00
16	RECIFE - BONFIM - SANTA MARIA - IPUEIRAS CERCADA - JUAZEIRO - SÃO JOSÉ - EMATUBA	13	M	VEÍCULO COM CAPACIDADE MÍNIMA DE 15 PASSAGEIROS.	46	22	1.012	10.120	10,35	10.474,20	104.742,00
17	RECIFE - BONFIM - SANTA MARIA - IPUEIRAS CERCADA - JUAZEIRO - SÃO JOSÉ - EMATUBA	10	T	VEÍCULO COM CAPACIDADE MÍNIMA DE 15 PASSAGEIROS.	46	22	1.012	10.120	10,35	10.474,20	104.742,00
18	RIO VERDE - VARZEA REDONDA - JABURU	7	M	VEÍCULO COM CAPACIDADE MÍNIMA DE 10 PASSAGEIROS.	33	22	726	7.260	10,35	7.514,10	75.141,00
19	RIO VERDE - VARZEA REDONDA - JABURU	6	T	VEÍCULO COM CAPACIDADE MÍNIMA DE 10 PASSAGEIROS.	33	22	726	7.260	10,35	7.514,10	75.141,00
20	AROEIRAS - JABURÚ	8	M	VEÍCULO COM CAPACIDADE MÍNIMA DE 10 PASSAGEIROS.	45	22	990	9.900	10,35	10.246,50	102.465,00
21	FLORESTA - BR 226 (KM 12)	4	M	VEÍCULO COM CAPACIDADE MÍNIMA DE 10 PASSAGEIROS.	20	22	440	4.400	10,35	4.554,00	45.540,00
22	FLORESTA - BR 226 (KM 12)	3	T	VEÍCULO COM CAPACIDADE MÍNIMA DE 10 PASSAGEIROS.	20	22	440	4.400	10,35	4.554,00	45.540,00
23	RETIRO - JABURU	8	N	VEÍCULO COM CAPACIDADE MÍNIMA DE 10 PASSAGEIROS.	12	22	264	2.640	10,35	2.732,40	27.324,00
24	FAZENDA CHICO FROTA - CENTRO - AUTO HORIZONTE - NOVA OLINDA	8	M	VEÍCULO COM CAPACIDADE MÍNIMA DE 10 PASSAGEIROS.	27	22	594	5.940	10,35	6.147,90	61.479,00
25	FAZENDA CHICO FROTA - AUTO HORIZONTE - ADÃO - NOVA OLINDA	6	T	VEÍCULO COM CAPACIDADE MÍNIMA DE 10 PASSAGEIROS.	27	22	594	5.940	10,35	6.147,90	61.479,00
26	SANTA CRUZ I - SANTA CRUZ II - SEDE	7	T	VEÍCULO COM CAPACIDADE MÍNIMA DE 10 PASSAGEIROS.	34	22	748	7.480	10,35	7.741,80	77.418,00
<b>QUANTIDADE DE KM MENSAL E TOTAL</b>							<b>20.372</b>	<b>203.720</b>	<b>TOTAL</b>	<b>210.850,20</b>	<b>2.108.502,00</b>

<b>LOTE II - VEÍCULOS COM CAPACIDADE DE 17 A 30 PASSAGEIROS</b>											
ITEM	ROTA	Nº DE ALUNOS	TURNO	VEÍCULO	KM / DIA	QUANT. DIAS / MÊS	KM MÊS	KM TOTAL (10 MÊSES)	VR KM	VR MENSAL	VR. TOTAL
27	MUNDO NOVO - JUAZEIRO - AGROVILA INDEPENDÊNCIA	18	M	VEÍCULO COM CAPACIDADE MÍNIMA DE 22	76	22	1.672	16.720	11,40	19.060,80	190.608,00





GOVERNO MUNICIPAL  
**INDEPENDÊNCIA**  
JUNTOS FAZENDO ACONTECER

PAÇO MUNICIPAL DEP. ALCEU VIEIRA COUTINHO  
**GOVERNO MUNICIPAL DE INDEPENDÊNCIA**



				PASSAGEIROS.							
28	CONTAS - MORRINHOS - MOÇA BRANCA - PITOMBEIRA - CURICAS - REMEDIO - PIQUIZEIRO - VARZEA ALEGRE - INDEPENDÊNCIA	26	M	VEÍCULO COM CAPACIDADE MÍNIMA DE 28 PASSAGEIROS.	132	22	2.904	29.040	11,40	33.105,60	331.056,00
29	TANQUINHO - GURITIBA - MILAGRES - PARAÍSO - BUQUIRÃO - EMATUBA	12	T	VEÍCULO COM CAPACIDADE MÍNIMA DE 18 PASSAGEIROS.	52	22	1.144	11.440	11,40	13.041,60	130.416,00
30	CAIÇARA - FLOR BRANCA - SABIA - CACIMBINHA - BARRINHA - S. FCO - SÃO JOSÉ - AÇUDINHO - TAPERA - EMATUBA	24	M	VEÍCULO COM CAPACIDADE MÍNIMA DE 28 PASSAGEIROS.	55	22	1.210	12.100	11,40	13.794,00	137.940,00
31	CAIÇARA - FLOR BRANCA - CACIMBINHA - BARRINHA - S.FCO - SÃO JOSÉ - AÇUDINHO - TAPERA - EMATUBA	16	T	VEÍCULO COM CAPACIDADE MÍNIMA DE 22 PASSAGEIROS.	33	22	726	7.260	11,40	8.276,40	82.764,00
32	RIACHO VERDE - SANTANA - BARRAGEM - ORIENTE - CONTENTAS	22	M	VEÍCULO COM CAPACIDADE MÍNIMA DE 25 PASSAGEIROS.	28	22	616	6.160	11,40	7.022,40	70.224,00
33	ANICETO - RIACHO VERDE - SANTANA - BARRAGEM - ORIENTE - SÃO JOAQUIM	28	T	VEÍCULO COM CAPACIDADE MÍNIMA DE 25 PASSAGEIROS.	52	22	1.144	11.440	11,40	13.041,60	130.416,00
34	ANICETO - ORIENTE - CONTENTAS - EMATUBA	14	N	VEÍCULO COM CAPACIDADE MÍNIMA DE 18 PASSAGEIROS.	79	22	1.738	17.380	11,40	19.813,20	198.132,00
35	MORRO AGUDO - VARZEA DA CACIMBA - INDEPENDÊNCIA	20	M	VEÍCULO COM CAPACIDADE MÍNIMA DE 25 PASSAGEIROS.	48	22	1.056	10.560	11,40	12.038,40	120.384,00
36	CACHOEIRA DOS LOPES - BOA VISTA - BR 226 (KM 20)	17	T	VEÍCULO COM CAPACIDADE MÍNIMA DE 22 PASSAGEIROS.	36	22	792	7.920	11,40	9.028,80	90.288,00
37	KM 226 - JANDRANGOEIRA	15	T	VEÍCULO COM CAPACIDADE MÍNIMA DE 18 PASSAGEIROS.	22	22	484	4.840	11,40	5.517,60	55.176,00
38	KM 17 - PAGEU - FIDALGA - AMERICA - RETIRO - JANGRANGOEIRA - INDEPENDÊNCIA	17	M	VEÍCULO COM CAPACIDADE MÍNIMA DE 22 PASSAGEIROS.	138	22	3.036	30.360	11,40	34.610,40	346.104,00
39	AGRESTE - LAGOA DO AGRESTE - FAVELA - GROTA DOS PEDROS - OITICICA - PEDRA D'AGUA - TRANQUEIRAS	25	M	VEÍCULO COM CAPACIDADE MÍNIMA DE 28 PASSAGEIROS.	72	22	1.584	15.840	11,40	18.057,60	180.576,00
40	PATOS - ARIZONA - VARZEA DE FORA - ASSENTAMENTO - CANTINHO - VARZEA	20	T	VEÍCULO COM CAPACIDADE MÍNIMA DE 25 PASSAGEIROS.	45	22	990	9.900	11,40	11.286,00	112.860,00

Tel.: [88] 3675.2259

| [www.independencia.ce.gov.br](http://www.independencia.ce.gov.br) |

Rua do Cruzeiro, 244 - Centro, Independência/CE - CEP: 63640-000 | CNPJ: 07.982.028/0001-10



GOVERNO MUNICIPAL  
**INDEPENDÊNCIA**  
JUNTOS FAZENDO ACONTECER

PAÇO MUNICIPAL DEP. ALCEU VIEIRA COUTINHO  
**GOVERNO MUNICIPAL DE INDEPENDÊNCIA**



41	DA JUREMA - TRANQUEIRAS GROTA DOS RODRIGUES - SOLIDADE - TORRÕES - BARBATÃO - MONTE SINAI	20	T	VEÍCULO COM CAPACIDADE MÍNIMA DE 22 PASSAGEIROS.	43	22	946	9.460	11,40	10.784,40	107.844,00
42	BARBATÃO - CARNAUBA - SOLIDADE - GRATA DOS RIDRIGUES - VARZEA DA JUREMA - TRANQUEIRAS - PAVUNA - TORRÕES- MONTE SINAI	21	M	VEÍCULO COM CAPACIDADE MÍNIMA DE 26 PASSAGEIROS.	53	22	1.166	11.660	11,40	13.292,40	132.924,00
43	MONTE CASTELO - BANDEIRANTE - SANTA FÉ - VARZEA GRANDE	16	M	VEÍCULO COM CAPACIDADE MÍNIMA DE 22 PASSAGEIROS.	43	22	946	9.460	11,40	10.784,40	107.844,00
44	PENHA- DIAMANTE - ARAÚJO- VARZEA GRANDE - CANTO ALEGRE	19	M	VEÍCULO COM CAPACIDADE MÍNIMA DE 22 PASSAGEIROS.	26	22	572	5.720	11,40	6.520,80	65.208,00
45	MONTE CASTELO - PROMISSÃO - PENHA - DIAMANTE - VARZEA GRANDE	20	T	VEÍCULO COM CAPACIDADE MÍNIMA DE 22 PASSAGEIROS.	54	22	1.188	11.880	11,40	13.543,20	135.432,00
46	VACA BRAVA - BARGADO - BATENTES - DESEJO - SOARES - XIQUE - BOM SUCESSO	17	T	VEÍCULO COM CAPACIDADE MÍNIMA DE 22 PASSAGEIROS.	68	22	1.496	14.960	11,40	17.054,40	170.544,00
47	DESEJO - MIRADOR - BONITO - BATENTES - PEDRA REDONDA - MOREIRA - BOM SUCESSO - MONTE VIDEL - INDEPENDENCIA	22	T	VEÍCULO COM CAPACIDADE MÍNIMA DE 28 PASSAGEIROS.	84	22	1.848	18.480	11,40	21.067,20	210.672,00
48	SERROTE PRETO - ASSENTAMENTO CACHOEIRA - CACHOEIRA DE BAIXO - JABURU - CACHOEIRA DE FOGO	18	M	VEÍCULO COM CAPACIDADE MÍNIMA DE 22 PASSAGEIROS.	34	22	748	7.480	11,40	8.527,20	85.272,00
49	SERROTE PRETO - ASSENTAMENTO CACHOEIRA - CACHOEIRA DE BAIXO - CACHOEIRA DE FOGO	26	T	VEÍCULO COM CAPACIDADE MÍNIMA DE 28 PASSAGEIROS.	34	22	748	7.480	11,40	8.527,20	85.272,00
50	SÃO JOSÉ - PEDREIROS - ESPEIRITO SANTO - CACHOEIRA	16	M	VEÍCULO COM CAPACIDADE MÍNIMA DE 22 PASSAGEIROS.	44	22	968	9.680	11,40	11.035,20	110.352,00
51	SÃO GONÇALO - SÃO JOSÉ - PEDREIROS - ESPIRITO SANTO - CACHOEIRA DE FOGO	18	T	VEÍCULO COM CAPACIDADE MÍNIMA DE 22 PASSAGEIROS.	52	22	1.144	11.440	11,40	13.041,60	130.416,00
52	MADEIRA CORTADA - LOGRADOURO - ESPIRITO SANTO - CACHOEIRA DE FOGO	16	T	VEÍCULO COM CAPACIDADE MÍNIMA DE 20 PASSAGEIROS.	43	22	946	9.460	11,40	10.784,40	107.844,00
53	JUÁ - FAZENDA NOVA - CACIMBAS - BOM LUGAR - MULEQUE - BOA ESPERANÇA - BISPADO - RIACHO	25	M	VEÍCULO COM CAPACIDADE MÍNIMA DE 30 PASSAGEIROS.	45	22	990	9.900	11,40	11.286,00	112.860,00



GOVERNO MUNICIPAL  
**INDEPENDÊNCIA**  
JUNTOS FAZENDO ACONTECER

PAÇO MUNICIPAL DEP. ALCEU VIEIRA COUTINHO  
**GOVERNO MUNICIPAL DE INDEPENDÊNCIA**



DO MEIO											
54	JUÁ - FAZENDA NOVA - CACIMBAS - BOM LUGAR - MULEQUE - BOA ESPERANÇA - BISPADO - RIACHO DO MEIO	17	T	VEÍCULO COM CAPACIDADE MÍNIMA DE 22 PASSAGEIROS.	45	22	990	9.900	11,40	11.286,00	112.860,00
55	GROTA GRANDE - MULUNGU - JUREMA - TRAPIA - BISPADO - RIACHO DO MEIO	13	T	VEÍCULO COM CAPACIDADE MÍNIMA DE 18 PASSAGEIROS.	57	22	1.254	12.540	11,40	14.295,60	142.956,00
56	MORRO DOS MACHADOS - VILA NOVA - BR 226	25	M	VEÍCULO COM CAPACIDADE MÍNIMA DE 28 PASSAGEIROS.	53	22	1.166	11.660	11,40	13.292,40	132.924,00
57	BOA ESPERANÇA - JUÁ - MALHADA VERMELHA - FIRMAMENTO - JATOBÁ - JUBURU	23	M	VEÍCULO COM CAPACIDADE MÍNIMA DE 28 PASSAGEIROS.	55	22	1.210	12.100	11,40	13.794,00	137.940,00
58	MALHADA VERMELHA - JUÁ - AROEIRAS - JATOBÁ DOS ROSAS - JABURÚ	17	T	VEÍCULO COM CAPACIDADE MÍNIMA DE 22 PASSAGEIROS.	70	22	1.540	15.400	11,40	17.556,00	175.560,00
59	VARZEA ALEGRE - BARBATÃO - MONTE SINAI - RETIRO - PEDRA LISA - INDEPENDENCIA	14	M	VEÍCULO COM CAPACIDADE MÍNIMA DE 18 PASSAGEIROS.	98	22	2.156	21.560	11,40	24.578,40	245.784,00
60	SANTANA - VARZEA ALEGRE - BANCO DA AREIA / VARZEA DE FORA - VARZEA GRANDE - ALTAMIRA - BANCO DA AREIA	15	T	VEÍCULO COM CAPACIDADE MÍNIMA DE 22 PASSAGEIROS.	60	22	1.320	13.200	11,40	15.048,00	150.480,00
61	SANTANA - VARZEA ALEGRE - BANCO DA AREIA - VARZEA DE FORA - BANCO DA AREIA	26	M	VEÍCULO COM CAPACIDADE MÍNIMA DE 30 PASSAGEIROS.	60	22	1.320	13.200	11,40	15.048,00	150.480,00
62	CROATÁ - AVAZEADO - PEREIROS - OITICICA - PEDRA D'AGUA - TRANQUEIRAS	25	T	VEÍCULO COM CAPACIDADE MÍNIMA DE 28 PASSAGEIROS.	87	22	1.914	19.140	11,40	21.819,60	218.196,00
63	MUNDO NOVO - ALEMAINHA - JERUMENHA - SANTA CLARA - RIACHO DOS BOIS - IPUEIRAS CERCADA - JUAZEIRO	18	M	VEÍCULO COM CAPACIDADE MÍNIMA DE 20 PASSAGEIROS.	32	22	704	7.040	11,40	8.025,60	80.256,00
64	MUNDO NOVO - ALEMAINHA - JERUMENHA - SANTA CLARA - RIACHO DOS BOIS - IPUEIRAS CERCADA - JUAZEIRO - EMATUBA	16	T	VEÍCULO COM CAPACIDADE MÍNIMA DE 20 PASSAGEIROS.	59	22	1.298	12.980	11,40	14.797,20	147.972,00
<b>QUANTIDADE DE KM MENSAL E TOTAL</b>							<b>47.674</b>	<b>476.740</b>	<b>TOTAL</b>	<b>543.483,60</b>	<b>5.434.836,00</b>

LOTE III - VEÍCULOS COM CAPACIDADE DE 31 PASSAGEIROS ACIMA											
ITEM	ROTA	Nº DE ALUNOS	TURNO	VEÍCULO	KM/DIA	QUANT. DIAS/MÊS	KM MÊS	KM TOTAL (10 MESES)	VR. KM	VR. MENSAL	VR. TOTAL
65	LIOLÂNDIA -	30	M	VEÍCULO COM	69	22	1.518	15.180	12,94	19.642,92	196.429,20



GOVERNO MUNICIPAL  
**INDEPENDÊNCIA**  
JUNTOS FAZENDO ACONTECER

PAÇO MUNICIPAL DEP. ALCEU VIEIRA COUTINHO  
**GOVERNO MUNICIPAL DE INDEPENDÊNCIA**



	PALESTINA - OITICICA - INDEPENDÊNCIA			CAPACIDADE MÍNIMA DE 32 PASSAGEIROS.							
66	RIACHO DOS BOIS - STA. CLARA - POÇO DA ONÇA - MUNDO NOVO - JUAZEIRO	38	M	VEÍCULO COM CAPACIDADE MÍNIMA DE 48 PASSAGEIROS.	51	22	1.122	11.220	12,94	14.518,68	145.186,80
67	RIACHO DOS BOIS - STA. CLARA - POÇO DA ONÇA - MUNDO NOVO - JUAZEIRO	35	T	VEÍCULO COM CAPACIDADE MÍNIMA DE 48 PASSAGEIROS.	51	22	1.122	11.220	12,94	14.518,68	145.186,80
68	MUNDO NOVO - JUAZEIRO - STA. CLARA - RECIFE - INDEPENDÊNCIA	32	M	VEÍCULO COM CAPACIDADE MÍNIMA DE 35 PASSAGEIROS.	71	22	1.562	15.620	12,94	20.212,28	202.122,80
69	SÃO JOAQUIM - INDEPENDÊNCIA	27	M	VEÍCULO COM CAPACIDADE MÍNIMA DE 32 PASSAGEIROS.	75	22	1.650	16.500	12,94	21.351,00	213.510,00
70	AGRESTE - FAVELA - GROTA DOS PEDROS - OITICICA - PEDRA D'ÁGUA - TRANQUEIRAS	25	T	VEÍCULO COM CAPACIDADE MÍNIMA DE 32 PASSAGEIROS.	58	22	1.276	12.760	12,94	16.511,44	165.114,40
71	PATOS - ARIZONA - VARZEA DE FORA - ASSENTAMENTO - CANTINHO - V. DA JUREMA - TRANQUEIRAS	30	M	VEÍCULO COM CAPACIDADE MÍNIMA DE 36 PASSAGEIROS.	45	22	990	9.900	12,94	12.810,60	128.106,00
72	JUCA - BELO MONTE - ASSENTAMENTO PINTADA - VARZEA DO CARRO - TRANQUEIRAS	25	M	VEÍCULO COM CAPACIDADE MÍNIMA DE 36 PASSAGEIROS.	63	22	1.386	13.860	12,94	17.934,84	179.348,40
73	JUCA - BELO MONTE - ASSENTAMENTO PINTADA - VARZEA DO CARRO - TRANQUEIRAS	30	T	VEÍCULO COM CAPACIDADE MÍNIMA DE 36 PASSAGEIROS.	63	22	1.386	13.860	12,94	17.934,84	179.348,40
74	CATINGUEIRO - PARAISO - CATINGUEIRO - PEREIRAS - TRANQUEIRAS	40	T	VEÍCULO COM CAPACIDADE MÍNIMA DE 48 PASSAGEIROS.	82	22	1.804	18.040	12,94	23.343,76	233.437,60
75	MONTE SINAI - SOLIDADE - PAVUNA - TORRÕES - VARZEA DO CANTO - ALVAÇÃO - TRANQUEIRAS	45	M	VEÍCULO COM CAPACIDADE MÍNIMA DE 48 PASSAGEIROS.	56	22	1.232	12.320	12,94	15.942,08	159.420,80
76	MONTE SINAI SOLIDADE - PAVUNA - GROTA DOS RODRIGUES - TORRÕES - VARZEA DO CANTO - ALVAÇÃO - TRANQUEIRAS	46	T	VEÍCULO COM CAPACIDADE MÍNIMA DE 48 PASSAGEIROS.	56	22	1.232	12.320	12,94	15.942,08	159.420,80
77	CONTENDAS - SÃO LOURENÇO - SÃO FRANCISCO - BOA VISTA - LIVRE NOS DEUS - BANDEIRANTE - SANTA FÉ - VARZEA GRANDE	27	T	VEÍCULO COM CAPACIDADE MÍNIMA DE 36 PASSAGEIROS.	90	22	1.980	19.800	12,94	25.621,20	256.212,00
78	ARAUJO - ASSENTAMENTO MUQUEM - MIRAMAR - VEREDA - VARZEA GRANDE	40	M	VEÍCULO COM CAPACIDADE MÍNIMA DE 46 PASSAGEIROS.	48	22	1.056	10.560	12,94	13.664,64	136.646,40



GOVERNO MUNICIPAL  
**INDEPENDÊNCIA**  
JUNTOS FAZENDO ACONTECER

PAÇO MUNICIPAL DEP. ALCEU VIEIRA COUTINHO  
**GOVERNO MUNICIPAL DE INDEPENDÊNCIA**



79	ARAÚJO - ASSENTAMENTO MUQUEM - MIRAMAR - VEREDA - VARZEA GRANDE	63	T	VEÍCULO COM CAPACIDADE MÍNIMA DE 48 PASSAGEIROS.	48	22	1.056	10.560	12,94	13.664,64	136.646,40
80	SOARES - VACA BRAVA - XIQUE XIQUE - BOM SUCESSO - MONTE VIDEL - INDEPENDENCIA	40	M	VEÍCULO COM CAPACIDADE MÍNIMA DE 48 PASSAGEIROS.	88	22	1.936	19.360	12,94	25.051,84	250.518,40
81	SANTA LUZIA - VARZEA DO TOCO - IAPI - ESPIRITO SANTO - CACHOEIRA DO FOGO - BOA DADIVA - INDEPENDENCIA	50	M	VEÍCULO COM CAPACIDADE MÍNIMA DE 48 PASSAGEIROS.	178	22	3.916	39.160	12,94	50.673,04	506.730,40
82	SANTA LUZIA - VARZEA DO TOCO - IAPI	52	M	VEÍCULO COM CAPACIDADE MÍNIMA DE 48 PASSAGEIROS.	22	22	484	4.840	12,94	6.262,96	62.629,60
83	SANTA LUZIA - VARZEA DO TOCO - IAPI	50	T	VEÍCULO COM CAPACIDADE MÍNIMA DE 48 PASSAGEIROS.	22	22	484	4.840	12,94	6.262,96	62.629,60
84	BELÉM - FLORESTA - BRILHANTE - INDEPENDÊNCIA	40	T	VEÍCULO COM CAPACIDADE MÍNIMA DE 48 PASSAGEIROS.	56	22	1.232	12.320	12,94	15.942,08	159.420,80
85	BELÉM - INDEPENDÊNCIA - BRILHANTE - INDEPENDÊNCIA	40	M	VEÍCULO COM CAPACIDADE MÍNIMA DE 48 PASSAGEIROS.	56	22	1.232	12.320	12,94	15.942,08	159.420,80
86	SÃO LUIZ - URUGUAI - LINDEZA - BOA DADIVA - INDEPENDÊNCIA	38	M	VEÍCULO COM CAPACIDADE MÍNIMA DE 45 PASSAGEIROS.	46	22	1.012	10.120	12,94	13.095,28	130.952,80
87	ADÃO - NOVA OLINDA - RIACHO DO GADO - INDEPENDÊNCIA	48	M	VEÍCULO COM CAPACIDADE MÍNIMA DE 48 PASSAGEIROS.	60	22	1.320	13.200	12,94	17.080,80	170.808,00
88	ADÃO - NOVA OLINDA - RIACHO DO GADO - INDEPENDÊNCIA	48	T	VEÍCULO COM CAPACIDADE MÍNIMA DE 48 PASSAGEIROS.	60	22	1.320	13.200	12,94	17.080,80	170.808,00
89	RETIRO - PEDRA LISA - INDEPENDENCIA	46	M	VEÍCULO COM CAPACIDADE MÍNIMA DE 44 PASSAGEIROS.	23	22	506	5.060	12,94	6.547,64	65.476,40
90	RETIRO - PEDRA LISA - INDEPENDENCIA	45	T	VEÍCULO COM CAPACIDADE MÍNIMA DE 48 PASSAGEIROS.	23	22	506	5.060	12,94	6.547,64	65.476,40
91	INDEPENDÊNCIA - CRATEUS	48	M	VEÍCULO COM CAPACIDADE MÍNIMA DE 48 PASSAGEIROS.	128	22	2.816	28.160	12,94	36.439,04	364.390,40
92	INDEPENDÊNCIA - CRATEUS	48	N	VEÍCULO COM CAPACIDADE MÍNIMA DE 48 PASSAGEIROS.	128	22	2.816	28.160	12,94	36.439,04	364.390,40
93	INDEPENDÊNCIA - CRATEUS	48	T	VEÍCULO COM CAPACIDADE MÍNIMA DE 48 PASSAGEIROS.	128	22	2.816	28.160	12,94	36.439,04	364.390,40
94	BOA HORA - VIALA MACEDO - AVAZIADO - PEREIRO	30	M	VEÍCULO COM CAPACIDADE MÍNIMA DE 36 PASSAGEIROS.	44	22	968	9.680	12,94	12.525,92	125.259,20

Tel.: [88] 3675.2259

| [www.independencia.ce.gov.br](http://www.independencia.ce.gov.br) |

Rua do Cruzeiro, 244 - Centro, Independência/CE - CEP: 63640-000 | CNPJ: 07.982.028/0001-10



GOVERNO MUNICIPAL  
**INDEPENDÊNCIA**  
JUNTOS FAZENDO ACONTECER

PAÇO MUNICIPAL DEP. ALCEU VIEIRA COUTINHO  
**GOVERNO MUNICIPAL DE INDEPENDÊNCIA**



95	MONTE SINAI - INDEPENDÊNCIA	48	M	VEÍCULO COM CAPACIDADE MÍNIMA DE 48 PASSAGEIROS.	35	22	770	7.700	12,94	9.963,80	99.638,00
96	AV. SETE DE SETEMBRO - NOVA BETÂNIA - COHAB - SANTA RITA - ESCOLA PROFISSIONALIZANTE	48	M	VEÍCULO COM CAPACIDADE MÍNIMA DE 44 PASSAGEIROS.	16	22	352	3.520	12,94	4.554,88	45.548,80
QUANTIDADE DE KM MENSAL E TOTAL							44.858	448.580	TOTAL	580.462,52	5.804.625,20

### 6.1. DA ESPECIFICAÇÃO DOS VEÍCULOS:

6.1.1. Os veículos especialmente destinados à condução coletiva de escolares somente poderão circular nas vias e rotas com autorização emitida pelo órgão ou entidade executivo de trânsito do Estado do Ceará e do Município de Independência, exigindo-se, para tanto:

- Registro como veículo de passageiro;
- Inspeção semestral para verificação dos equipamentos obrigatórios e de segurança;
- Pintura de faixa horizontal na cor amarela, com quarenta centímetros de largura, a meia altura, em toda a extensão das partes laterais e traseira da carroceria, com o dístico ESCOLAR, em preto, sendo que, em caso de veículo de carroceria pintada na cor amarela, as cores aqui indicadas devem ser invertidas;
- Equipamento registrador instantâneo inalterável de velocidade e tempo;
- Lanternas de luz branca, fosca ou amarela dispostas nas extremidades da parte superior dianteira e lanternas de luz vermelha dispostas na extremidade superior da parte traseira;
- Equipamentos obrigatórios estabelecidos pelo CONTRAN;
- Cintos de segurança em número igual a lotação.

6.1.2. Todos os veículos deverão estar em bom estado de conservação, boa mecânica, (não permitido pneus recapados), estética na pintura da carroceria, bancada de estofado, obedecer as disposições do Código de Trânsito Brasileiro e normatizações dos órgãos de trânsito quanto aos equipamentos obrigatórios e aos documentos exigíveis ou que venham a ser exigidos.

6.1.3. Os veículos especialmente destinados a condução coletiva de escolares somente poderão circular nas vias e rotas com autorização emitida pelo órgão ou entidade executiva de trânsito do Estado do Ceará e do Município de Independência.

### 6.2. DAS EXIGÊNCIAS PARA OS CONDUTORES:

6.2.1. São exigências para os condutores dos veículos deste Termo de Referência:

6.2.1.1. Os motoristas dos veículos afetos a execução do serviço deverão ser habilitados com qualificação para o transporte escolar nos termos da determinação do DENATRAN e do Código de Trânsito Brasileiro, devendo satisfazer os seguintes requisitos:

- Estar em perfeitas condições de saúde;
- Ter idade superior a vinte e um (21) anos;



- c) Possuir Carteira Nacional de Habilitação - CNH Categoria "D ou E" - condutor de veículo motorizado no transporte de passageiros, cuja lotação exceda a oito lugares, excluído o do motorista, em conformidade com o art. 143 do CTB e Resolução nº 168/2004 do CONTRAN e alterações posteriores;
- d) Possuir o Certificado de Conclusão do Curso de Formação de Condutores de Veículos de Transporte Escolar, expedido pelo SEST/SENAT, nos termos da regulamentação do CONTRAN;
- e) Não ter cometido nenhuma infração grave ou gravíssima, ou ser reincidente em infrações medias durante os doze últimos meses;
- f) O motorista do transporte escolar devera estar com as vestimentas adequadas para a prestação de serviços com qualidade e segurança, nos termos do Código de Trânsito Brasileiro.

### **6.3. DA FORMA DE EXECUÇÃO:**

6.3.1. O Contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, através de profissionais habilitados, responsabilizando-se pela sua qualidade, exatidão e segurança, diligenciando no sentido de que os trabalhos sejam conduzidos segundo a melhor técnica aplicável, de acordo com as cláusulas contratuais e as normas dispostas na Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, bem como legislação pertinente, respondendo cada uma pelas consequências de sua inexecução, total ou parcial.

6.3.2. A execução dos serviços deverá acontecer diariamente, ou conforme a necessidade das respectivas secretarias/Órgãos, dependendo da demanda de cada uma.

6.3.3. A Execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo gestor do contrato das secretarias contratante, especialmente designado.

6.3.4. O representante da secretaria contratante anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.

6.3.5. As decisões e providências que ultrapassarem a competência do representante deverão ser solicitadas aos seus superiores em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes.

6.3.6. O exercício da fiscalização ou o acompanhamento será exercido no interesse da Secretaria e não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada ou de seu agente ou preposto, inclusive perante terceiros, por quaisquer irregularidades, danos resultantes de imperfeição técnica, vícios redibitórios e, na ocorrência destes, não implica co-responsabilidade do Poder Público ou de seus agentes e prepostos.

6.3.7. A Contratante se reserva o direito de rejeitar no todo ou em parte o serviço prestado, se em desacordo com os termos do Edital e do respectivo Contrato.

6.3.8. Quaisquer exigências da fiscalização inerentes ao objeto do Contrato deverão ser prontamente atendidas pela Contratada, sem ônus para a Contratante. A Contratada é obrigada a reparar, corrigir, substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, onde se verificarem vícios, defeitos ou incorreções, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis.



GOVERNO MUNICIPAL  
**INDEPENDÊNCIA**  
JUNTOS FAZENDO ACONTECER

PAÇO MUNICIPAL DEP. ALCEU VIEIRA COUTINHO  
**GOVERNO MUNICIPAL DE INDEPENDÊNCIA**



6.3.9. Os serviços deverão ser executados pela empresa contratada obedecendo às normas e condições estabelecidas neste Termo de Referência.

#### 6.4. REQUISITO PARA CONTRATAÇÃO:

6.4.1. O vencedor terá o prazo de até 05 (cinco) dias úteis, contados a partir do recebimento da convocação, para assinatura do contrato, quando deverá comparecer a Comissão Permanente de Licitação, localizada na Rua do Cruzeiro, nº 144, Bairro Centro, em Independência-Ce, CEP: 63.640-000.

6.4.2. Para assinatura do contrato, o vencedor do certame deverá apresentar toda documentação que comprove a regularidade do veículo (mediante apresentação de cópia do CRLV do veículo).

#### 7. DA ENTREGA E DO RECEBIMENTO:

##### 7.1. Quanto à entrega/execução:

7.1.1. O objeto contratual deverá ser entregue/executado em conformidade com as especificações estabelecidas neste instrumento.

7.1.2. O início do prazo de entrega/execução do objeto a ser adquirido/contratado será de até 05 (cinco) dias, contados da data de recebimento da Nota de Empenho ou instrumento equivalente.

7.1.3. Os atrasos ocasionados por motivo de força maior ou caso fortuito, desde que justificados até 02 (dois) dias úteis antes do término do prazo de entrega/execução, e aceitos pela CONTRATANTE, não serão considerados como inadimplemento contratual.

7.1.4. A responsabilidade administrativa pelo recebimento do objeto tal qual estipulado no edital será exclusiva do servidor autorizado pelo órgão participante, encarregado de acompanhar a execução do processo de entrega e recebimento de objeto da Ata, conforme o art. 67 da Lei Federal nº 8.666/93.

7.1.5. O objeto deverá ser entregue/executado rigorosamente de acordo com as especificações estabelecidas deste Termo de Referência, bem como na proposta vencedora, sendo que a não observância destas condições, implicará na não aceitação do mesmo, sem que caiba qualquer tipo de reclamação ou indenização por parte da inadimplente.

7.1.6. A CONTRATANTE designará servidor/comissão, cujo propósito será o acompanhamento da entrega/execução e a conferência desta com as especificações contidas na proposta de preços e neste Termo de Referência. Caso o objeto esteja em desacordo com as especificações contidas naqueles instrumentos, será rejeitado o recebimento do mesmo.





## 7.2. Quanto ao recebimento:

7.2.1. **PROVISORIAMENTE**, mediante recibo/solicitações, para efeito de posterior verificação da conformidade do objeto com as especificações, devendo ser feito por pessoa devidamente designada pela CONTRATANTE.

7.2.2. **DEFINITIVAMENTE**, sendo expedido Termo de Recebimento Definitivo, após verificação da qualidade e da quantidade do objeto, certificando-se de que todas as condições estabelecidas foram atendidas e a consequente aceitação das notas fiscais pelo Gestor da Contratação, devendo haver rejeição no caso de desconformidade. O recebimento definitivo deverá ser também atestado por comissão de, no mínimo, 03 pessoas devidamente designada pela CONTRATANTE, conforme parágrafo 8, do artigo 15 da Lei Federal nº 8666/93.

7.2.3. A Administração rejeitará, no todo ou em parte, a execução dos serviços em desacordo com as especificações exigidas.

7.2.4. Em caso de troca do objeto a mesma deverá ser efetuada no endereço do órgão contratante.

7.2.5. A CONTRATADA deverá providenciar a troca do objeto no prazo máximo de setenta e duas (72) horas do registro da ocorrência.

7.2.6. A eventual rejeição do objeto, por estar em desacordo com as especificações, não justificará possível atraso no prazo de entrega/execução fixado, sujeitando a licitante vencedor às sanções previstas.

## 8. DO PAGAMENTO:

8.1. O pagamento será efetuado mensalmente após a emissão da nota de empenho e será no prazo máximo de 30 (trinta) dias a contar da entrega/execução do objeto, mediante crédito em conta corrente em nome da CONTRATADA.

8.2. A nota fiscal/fatura que apresente incorreções será devolvida à CONTRATADA para as devidas correções. Nesse caso, o prazo de que trata o subitem anterior começará a fluir a partir da data de apresentação da nota fiscal/fatura corrigida.

8.3. Não será efetuado qualquer pagamento à CONTRATADA, em caso de descumprimento do objeto, conforme especificações exigidas na licitação.

8.4. É vedada a realização de pagamento antes da execução do objeto ou se o mesmo não estiver de acordo com as especificações deste instrumento.

8.5. Os pagamentos encontram-se ainda condicionados à apresentação dos seguintes comprovantes:

8.5.1. Documentação relativa à regularidade para com as Fazendas Federal, Estadual e Municipal, o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e a Justiça Trabalhista.

8.6. Toda a documentação exigida deverá ser apresentada em original ou por qualquer processo de reprografia, obrigatoriamente autenticada em cartório. Caso esta



documentação tenha sido emitida pela Internet, só será aceita após a confirmação de sua autenticidade.

## 9. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

9.1. A CONTRATADA deverá prestar o serviço conforme a demanda do CONTRATANTE, em conformidade com as especificações do Termo de Referência, da Proposta de Preços.

9.2. Manter durante toda a execução contratual, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

9.3. Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os percentuais de acréscimos ou supressões limitadas ao estabelecido no §1º, do art. 65, da Lei Federal nº 8.666/1993, tomando-se por base o valor contratual.

9.4. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes da sua culpa ou dolo, quando da execução do objeto, não podendo ser arguido para efeito de exclusão ou redução de sua responsabilidade o fato de a CONTRATANTE proceder à fiscalização ou acompanhar a execução contratual.

9.5. Manter a qualidade e a satisfatoriedade do serviço executado durante todo o período de vigência do contrato.

9.6. Prestar imediatamente as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CONTRATANTE, salvo quando implicarem em indagações de caráter técnico, hipótese em que serão respondidas no prazo de 24 (vinte e quatro) horas.

9.7. Sujeitar-se a mais ampla e irrestrita fiscalização por parte do servidor autorizado pela CONTRATANTE, encarregado de acompanhar a execução do contrato, prestando todos os esclarecimentos que lhe forem solicitados e atendendo às reclamações formuladas;

9.8. Não transferir, subcontratar ou ceder, total ou em partes, a qualquer título os direitos e obrigações decorrentes da adjudicação dos objetos desta licitação, salvo quando expressamente autorizado pela Secretaria de Saúde;

## 10. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

10.1. Solicitar a execução do objeto à contratada através da emissão de Ordem de Serviço.

10.2. Proporcionar à contratada todas as condições necessárias ao pleno cumprimento das obrigações decorrentes do objeto contratual, consoante estabelece a Lei Federal n. 8.666/1993 e suas alterações posteriores.

10.3. Fiscalizar a execução do objeto contratual, através de sua unidade competente, podendo, em decorrência, solicitar providências da contratada, que atenderá ou justificará de imediato.



10.4. Designar um servidor ou comissão com prerrogativas para proceder à verificação de todos os aspectos que envolvam a prestação de serviço, podendo propor alternativas para que os mesmos sejam executados com eficiência e eficácia, sempre que se verificarem falhas.

10.5. Aplicar as penalidades previstas em lei e neste instrumento.

10.6. Prestar informações e esclarecimentos solicitados pela CONTRATADA.

10.7. Notificar a CONTRATADA, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas na análise dos serviços prestados para que sejam adotadas as medidas corretivas necessárias.

10.8. Efetuar o pagamento ao final de cada etapa do processo.

## 11. DA FISCALIZAÇÃO

11.1. A execução contratual será acompanhada e fiscalizada por servidor especialmente designado para este fim pela CONTRATANTE, de acordo com o estabelecido no art. 67, da Lei Federal nº 8.666/1993, doravante denominado simplesmente de GESTOR.

## 12. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

12.1. Pela inexecução total ou parcial do contrato, erro de execução imperfeita, mora de execução, inadimplemento contratual ou não veracidade das informações prestadas, a CONTRATADA ficará sujeita as sanções administrativas previstas no art. 87 da Lei de nº 8.666/93, a ser aplicada pela autoridade competente da Secretaria, conforme a gravidade do caso, assegurada a ampla defesa e o contraditório, sem prejuízo do ressarcimento dos danos porventura causados à Administração, e das cabíveis cominações legais.

12.2. A CONTRATADA estará sujeita às seguintes sanções administrativas, garantida a prévia defesa:

I - Advertência;

II - Multas, estipuladas na forma a seguir:

a) 0,03% (três centésimos por cento) do valor total da nota de empenho, para cada dia de atraso na execução. Decorridos 30 (trinta) dias em atraso o Contratante poderá decidir pela continuidade da multa ou pela rescisão, em razão da inexecução total;

b) 0,06% (seis centésimos por cento) por dia sobre o valor do fato ocorrido, para ocorrências de atrasos em qualquer outro prazo previsto neste instrumento, não abrangido pelas demais alíneas;

c) 1,0% (um por cento) sobre o valor global atualizado do contrato, quando ocorrer a postergação da execução de serviços, em desacordo com o previsto no cronograma, sem o consentimento da Contratante;



GOVERNO MUNICIPAL  
**INDEPENDÊNCIA**  
JUNTOS FAZENDO ACONTECER

PAÇO MUNICIPAL DEP. ALCEU VIEIRA COUTINHO  
**GOVERNO MUNICIPAL DE INDEPENDÊNCIA**



d) 5,0% (cinco por cento) sobre o valor global atualizado do contrato, pela não manutenção das condições de habilitação e qualificação exigidas no instrumento convocatório;

e) 10,0% (dez por cento) sobre o valor global do contrato, nas hipóteses de recusa na assinatura, rescisão por inexecução - caracterizando-se quando houver reiterado descumprimento de obrigações assumidas - atraso superior ao prazo limite de trinta dias, estabelecido na alínea "a", ou os serviços forem prestados fora das especificações constantes da proposta da contratada.

III - Impedimento de licitar e contratar com a Administração, sendo, então, descredenciada no cadastro de fornecedores da Comissão Permanente de Licitação, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, sem prejuízo das multas previstas neste instrumento e das demais cominações legais.

12.3. O valor correspondente a qualquer multa aplicada à contratada, garantida a observância dos princípios do contraditório e da ampla defesa, deverá ser descontado via Documento de Arrecadação Municipal - DAM, em até 15 (quinze) dias após o recebimento da notificação, ficando a contratada obrigada a comprovar o recolhimento mediante a apresentação da cópia do referido documento. O DAM poderá ser obtido na Secretaria de Finanças do Município de Independência

12.4. Decorrido o prazo de 15 (quinze) dias para o recolhimento da multa, o débito será acrescido de 1% (um por cento) de mora por mês/fração, inclusive referente ao mês da quitação/consolidação do débito, limitado o pagamento com atraso em até 60 (sessenta) dias após a data da notificação, e, após este prazo, o débito será cobrado judicialmente.

12.5. As multas não têm caráter indenizatório e seu pagamento não eximirá a contratada de ser acionada judicialmente pela responsabilidade civil derivada de perdas e danos junto à contratante, decorrentes das infrações cometidas.

12.6. Nenhuma sanção será aplicada sem garantia da ampla defesa e do contraditório, na forma da lei.

### **13. DO PRAZO DE VIGÊNCIA E DE EXECUÇÃO DO CONTRATO:**

13.1. O contrato será regido pelos artigos 54 e seguintes da Lei 8.666/93.



GOVERNO MUNICIPAL  
**INDEPENDÊNCIA**  
JUNTOS FAZENDO ACONTECER

PAÇO MUNICIPAL DEP. ALCEU VIEIRA COUTINHO  
**GOVERNO MUNICIPAL DE INDEPENDÊNCIA**



**ANEXO II - PROPOSTA DE PREÇOS**

À  
Comissão Permanente de Licitações - Prefeitura Municipal de .....  
Att. Sr(a). Pregoeiro(a)  
Ref.: Pregão Eletrônico nº .....

A Empresa ....., sediada na Rua ....., nº .....,  
bairro ....., em ....., Estado do ....., CEP: .....,  
inscrita no CNPJ/MF sob nº ....., neste ato representada por  
....., inscrito(a) no CPF sob o nº ....., abaixo assinado,  
propõe a entrega do objeto a seguir especificado, conforme Termo de Referência do  
Edital em epígrafe, nas seguintes condições:

**1. IDENTIFICAÇÃO DA LICITANTE:**

- a. Razão Social: .....
- b. CNPJ e Inscrição Estadual: .....
- c. Endereço completo: .....
- d. Representante Legal: .....
- e. Telefone, celular, fax, e-mail: .....

**2. CONDIÇÕES GERAIS DA PROPOSTA:**

A presente proposta é válida por 60 (sessenta) dias, contados da data de sua emissão.

**3. FORMAÇÃO DO PREÇO:**

LOTE ...

ITEM	ROTA	UNID	QUANT	VR UNIT	VR TOTAL
01		KM		...	...
02		KM		...	...
...	....				
<b>VALOR TOTAL</b>				<b>R\$</b>	

Declaramos que o objeto cotado atende todas as exigências do Edital, relativas à especificação e características, inclusive técnicas e que estamos de pleno acordo com todas as condições estabelecidas no Edital e seus anexos.

1. Nos preços estão inclusos todos os custos diretos e indiretos, taxa de administração, lucro, encargos trabalhistas e despesas com seguros, frete, mão de obra e outras necessárias ao cumprimento integral do objeto deste Pregão e excluídos da composição dos preços ofertados. (DESCREVER OS CUSTOS, CONFORME O CASO)

2. O prazo de entrega/execução do objeto será de (observar o limite máximo do Termo de Referência).

Local e data

Assinatura do representante legal  
(Nome e cargo)



GOVERNO MUNICIPAL  
**INDEPENDÊNCIA**  
JUNTOS FAZENDO ACONTECER

PAÇO MUNICIPAL DEP. ALCEU VIEIRA COUTINHO  
**GOVERNO MUNICIPAL DE INDEPENDÊNCIA**



**ANEXO III - MODELO DE DECLARAÇÃO RELATIVA AO TRABALHO DE  
EMPREGADO MENOR**

Local e data

À  
Comissão Permanente de Licitações - Prefeitura Municipal de .....  
Ref.: Pregão Eletrônico nº .....

Prezados Senhores,

....., inscrita no CNPJ nº ....., por intermédio  
de seu representante legal o(a) Sr(a) ....., portador (a) da Carteira  
de Identidade nº..... e do CPF nº ..... DECLARA, para  
fins do disposto no inciso V do at. 27 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993,  
acrescida pela Lei nº 9.854, de 27 de Outubro de 1999, que não emprega menor de 18  
(dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16  
(dezesesseis) anos.

Ressalva: emprega menor, a partir de 14 (quatorze) anos, na condição de aprendiz ( ).

.....  
(DATA)

.....  
(NOME: Representante legal da empresa)

(Observação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima).

(OBS.: Modelo meramente sugestivo.).

#### ANEXO IV - MINUTA DO CONTRATO

CONTRATO Nº .....

**CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE ....., POR INTERMÉDIO DA SECRETARIA DE ....., E A (O) CONTRATADA ....., ABAIXO QUALIFICADOS, PARA O FIM QUE NELE SE DECLARA.**

O MUNICÍPIO DE ....., pessoa jurídica de direito público interno, por intermédio da SECRETARIA DE ....., inscrita no CNPJ/MF sob o nº ....., neste ato representado pelo(a) Ordenador(a) de Despesas, o(a) Sr.(a) ....., inscrito(a) no CPF/MF sob o nº ....., e a ....., com sede na Rua ....., nº ....., bairro ....., em ....., Estado do ....., CEP: ....., inscrita no CNPJ/MF sob o nº ....., doravante denominada CONTRATADA, representada neste ato pelo(a) Sr.(a) ....., inscrito(a) no CPF nº ....., têm entre si justa e acordada a celebração do presente contrato, mediante as cláusulas e condições seguintes:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA - DA FUNDAMENTAÇÃO

1.1. O presente contrato tem como fundamento o Edital do Pregão Eletrônico nº ..... e seus anexos, os preceitos do direito público, e Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho 2002; Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 e suas alterações; Decreto Federal nº 10.024, de 20 de setembro de 2019; subsidiariamente, na Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, com suas alterações, e, ainda, outras leis especiais necessárias ao cumprimento de seu objeto.

#### CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO

2.1. O PRESENTE CONTRATO TEM POR OBJETO A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE TRANSPORTE ESCOLAR, PARA ATENDER A DEMANDA DO MUNICÍPIO DE INDEPENDÊNCIA/CE, DE ACORDO COM AS ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS PREVISTOS NO ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA DESTE EDITAL.

#### CLÁUSULA TERCEIRA - DA FORMA DE EXECUÇÃO

3.1. O Contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, através de profissionais habilitados, responsabilizando-se pela sua qualidade, exatidão e segurança, diligenciando no sentido de que os trabalhos sejam conduzidos segundo a melhor técnica aplicável, de acordo com as cláusulas contratuais e as normas dispostas na Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, bem como legislação pertinente, respondendo cada uma pelas consequências de sua inexecução, total ou parcial.

3.2. A execução dos serviços deverá acontecer diariamente, ou conforme a necessidade das respectivas secretarias/Órgãos, dependendo da demanda de cada



GOVERNO MUNICIPAL  
**INDEPENDÊNCIA**  
JUNTOS FAZENDO ACONTECER

PAÇO MUNICIPAL DEP. ALCEU VIEIRA COUTINHO  
**GOVERNO MUNICIPAL DE INDEPENDÊNCIA**



uma.

3.3. A Execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo gestor do contrato das secretarias contratante, especialmente designado.

3.4. O representante da secretaria contratante anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.

3.5. As decisões e providências que ultrapassarem a competência do representante deverão ser solicitadas aos seus superiores em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes.

3.6. O exercício da fiscalização ou o acompanhamento será exercido no interesse da Secretaria e não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada ou de seu agente ou preposto, inclusive perante terceiros, por quaisquer irregularidades, danos resultantes de imperfeição técnica, vícios redibitórios e, na ocorrência destes, não implica co-responsabilidade do Poder Público ou de seus agentes e prepostos.

3.7. A Contratante se reserva o direito de rejeitar no todo ou em parte o serviço prestado, se em desacordo com os termos do Edital e do respectivo Contrato.

3.8. Quaisquer exigências da fiscalização inerentes ao objeto do Contrato deverão ser prontamente atendidas pela Contratada, sem ônus para a Contratante. A Contratada é obrigada a reparar, corrigir, substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, onde se verificarem vícios, defeitos ou incorreções, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis.

3.9. Os serviços deverão ser executados pela empresa contratada obedecendo às normas e condições estabelecidas no Termo de Referência.

#### **CLÁUSULA QUARTA - DO VALOR E DO REAJUSTAMENTO DO PREÇO**

4.1. O valor contratual global importa na quantia de R\$ ..... (.....) sendo pago mensalmente o valor de R\$ ..... (.....), sujeito a reajustes respeitado a periodicidade anual do contrato nos termos da licitação vigente.

**Subcláusula Primeira** - No valor a ser pago pela execução do objeto deste contrato estão inclusos todos os custos diretos e indiretos requeridos para a entrega/execução do objeto, encargos sociais, seguros (quando houver), custos de mão de obra, benefícios diversos, tributos ou quaisquer outros encargos que vierem a existir sobre o aludido objeto.

#### **CLÁUSULA QUINTA - DA FORMA DE PAGAMENTO**

5.1. O pagamento advindo do objeto do Contrato será efetuado em até 30 (trinta) dias contados da data da apresentação da nota fiscal / fatura devidamente atestada pelo Gestor da contratação, em nome da CONTRATADA.





5.2. A nota fiscal/fatura que apresente incorreções será devolvida à CONTRATADA para as devidas correções. Nesse caso, o prazo de que trata o subitem anterior começará a fluir a partir da data de apresentação da nota fiscal/fatura corrigida.

5.3. Não será efetuado qualquer pagamento à CONTRATADA, em caso de descumprimento das condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

5.4. É vedada a realização de pagamento antes da execução do objeto ou se o mesmo não estiver de acordo com as especificações do ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA do edital do Pregão Eletrônico nº .....

5.5. Os pagamentos encontram-se ainda condicionados à apresentação dos seguintes comprovantes: Documentação relativa à regularidade para com as Fazendas Federal, Estadual e Municipal, o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e a Justiça Trabalhista.

5.6. Toda a documentação exigida deverá ser apresentada em original ou por qualquer processo de reprografia, obrigatoriamente autenticada em cartório. Caso esta documentação tenha sido emitida pela Internet, só será aceita após a confirmação de sua autenticidade.

5.7. Quanto ao quantitativo estimado a ser contratado, somente será pago o que efetivamente for solicitado via ordem de serviço ou executado de acordo com as especificações e demais condições estipuladas em sua proposta comercial.

5.8. Se o objeto não for entregue conforme condições deste termo, o pagamento ficará suspenso até seu recebimento regular.

5.9. Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA, enquanto pendente de liquidação, qualquer obrigação financeira decorrente de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito a reajustamento de preços.

#### **CLÁUSULA SEXTA - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS**

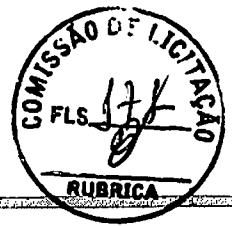
6.1. A despesa decorrente desta contratação ocorrerá por conta da dotação orçamentária: .....; Elemento de Despesas: 3.3.90.39.00.

#### **CLÁUSULA SÉTIMA - DO PRAZO DE VIGÊNCIA E DE EXECUÇÃO**

7.1. O prazo de vigência e de execução deste contrato é de ....., podendo ser prorrogado na forma do artigo 57, parágrafo 2º, da Lei nº. 8.666/93, contado a partir da sua publicação, devendo ser publicado na forma do parágrafo único, do art. 61, da Lei Federal nº 8.666/93.

#### **CLÁUSULA OITAVA - DA ENTREGA, RECEBIMENTO E CRITÉRIO DE ACEITAÇÃO DO OBJETO**

Os critérios de aceitação do objeto estão previstos no ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA deste Edital.



### 8.1. Quanto à entrega/execução:

8.1.1. O objeto contratual deverá ser entregue/executado em conformidade com as especificações estabelecidas neste instrumento, nos locais indicados no **ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA** do presente Edital.

8.1.2. O início do prazo de entrega/execução do objeto a ser adquirido/contratado será de até 05 (cinco) dias, contados da data de recebimento da Nota de Empenho ou instrumento equivalente.

8.1.3. Os atrasos ocasionados por motivo de força maior ou caso fortuito, desde que justificados até 02 (dois) dias úteis antes do término do prazo de entrega/execução, e aceitos pela CONTRATANTE, não serão considerados como inadimplemento contratual.

8.1.4. A responsabilidade administrativa pelo recebimento do objeto tal qual estipulado no edital será exclusiva do servidor autorizado pelo órgão participante, encarregado de acompanhar a execução do processo de entrega e recebimento de objeto da Ata, conforme o art. 67 da Lei Federal nº 8.666/93.

8.1.5. O objeto deverá ser entregue/executado rigorosamente de acordo com as especificações estabelecidas no **ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA** deste Edital, bem como na proposta vencedora, sendo que a não observância destas condições, implicará na não aceitação do mesmo, sem que caiba qualquer tipo de reclamação ou indenização por parte da inadimplente.

8.1.6. A CONTRATANTE designará servidor/comissão, cujo propósito será o acompanhamento da entrega/execução e a conferência desta com as especificações contidas na proposta de preços e no **ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA**. Caso o objeto esteja em desacordo com as especificações contidas naqueles instrumentos, será rejeitado o recebimento do mesmo.

### 8.2. Quanto ao recebimento:

8.2.1. **PROVISORIAMENTE**, mediante recibo/solicitações, para efeito de posterior verificação da conformidade do objeto com as especificações, devendo ser feito por pessoa devidamente designada pela CONTRATANTE.

8.2.2. **DEFINITIVAMENTE**, sendo expedido Termo de Recebimento Definitivo, após verificação da qualidade e da quantidade do objeto, certificando-se de que todas as condições estabelecidas foram atendidas e a consequente aceitação das notas fiscais pelo Gestor da Contratação, devendo haver rejeição no caso de desconformidade. O recebimento definitivo deverá ser também atestado por comissão de, no mínimo, 03 pessoas devidamente designada pela CONTRATANTE, conforme parágrafo 8, do artigo 15 da Lei Federal nº 8666/93.

8.2.3. A Administração rejeitará, no todo ou em parte, a execução dos serviços em desacordo com as especificações exigidas.

8.2.4. Em caso de troca do objeto a mesma deverá ser efetuada no endereço do órgão contratante.



GOVERNO MUNICIPAL  
**INDEPENDÊNCIA**  
JUNTOS FAZENDO ACONTECER

PAÇO MUNICIPAL DEP. ALCEU VIEIRA COUTINHO  
**GOVERNO MUNICIPAL DE INDEPENDÊNCIA**



8.2.5. A CONTRATADA deverá providenciar a troca do objeto no prazo máximo de setenta e duas (72) horas do registro da ocorrência.

8.2.6. A eventual rejeição do objeto, por estar em desacordo com as especificações, não justificará possível atraso no prazo de entrega/execução fixado, sujeitando a licitante vencedor às sanções previstas.

### **CLÁUSULA NONA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

9.1. A CONTRATADA deverá prestar o serviço conforme a demanda do CONTRATANTE, em conformidade com as especificações do Termo de Referência, da Proposta de Preços.

9.2. Manter durante toda a execução contratual, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

9.3. Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os percentuais de acréscimos ou supressões limitadas ao estabelecido no §1º, do art. 65, da Lei Federal nº 8.666/1993, tomando-se por base o valor contratual.

9.4. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes da sua culpa ou dolo, quando da execução do objeto, não podendo ser arguido para efeito de exclusão ou redução de sua responsabilidade o fato de a CONTRATANTE proceder à fiscalização ou acompanhar a execução contratual.

9.5. Manter a qualidade e a satisfatoriedade do serviço executado durante todo o período de vigência do contrato.

9.6. Prestar imediatamente as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CONTRATANTE, salvo quando implicarem em indagações de caráter técnico, hipótese em que serão respondidas no prazo de 24 (vinte e quatro) horas.

9.7. Sujeitar-se a mais ampla e irrestrita fiscalização por parte do servidor autorizado pela CONTRATANTE, encarregado de acompanhar a execução do contrato, prestando todos os esclarecimentos que lhe forem solicitados e atendendo às reclamações formuladas;

9.8. Não transferir, subcontratar ou ceder, total ou em partes, a qualquer título os direitos e obrigações decorrentes da adjudicação dos objetos desta licitação, salvo quando expressamente autorizado pela Secretaria de .....

### **CLÁUSULA DÉCIMA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

10.1. Solicitar a execução do objeto à contratada através da emissão de Ordem de Serviço.



10.2. Proporcionar à contratada todas as condições necessárias ao pleno cumprimento das obrigações decorrentes do objeto contratual, consoante estabelece a Lei Federal n. 8.666/1993 e suas alterações posteriores.

10.3. Fiscalizar a execução do objeto contratual, através de sua unidade competente, podendo, em decorrência, solicitar providências da contratada, que atenderá ou justificará de imediato.

10.4. Designar um servidor ou comissão com prerrogativas para proceder à verificação de todos os aspectos que envolvam a prestação de serviço, podendo propor alternativas para que os mesmos sejam executados com eficiência e eficácia, sempre que se verificarem falhas.

10.5. Aplicar as penalidades previstas em lei e neste instrumento.

10.6. Prestar informações e esclarecimentos solicitados pela CONTRATADA.

10.7. Notificar a CONTRATADA, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas na análise dos serviços prestados para que sejam adotadas as medidas corretivas necessárias.

10.8. Efetuar o pagamento ao final de cada etapa do processo.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA FISCALIZAÇÃO**

11.1. A execução contratual será acompanhada e fiscalizada pelo(a) Sr(a) ..... especialmente designado(a) para este fim pela CONTRATANTE, de acordo com o estabelecido no art. 67, da Lei Federal nº 8.666/1993, doravante denominado simplesmente de GESTOR.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

12.1. Pela inexecução total ou parcial do contrato, erro de execução imperfeita, mora de execução, inadimplemento contratual ou não veracidade das informações prestadas, a CONTRATADA ficará sujeita as sanções administrativas previstas no art. 87 da Lei de nº 8.666/93, a ser aplicada pela autoridade competente da Secretaria, conforme a gravidade do caso, assegurada a ampla defesa e o contraditório, sem prejuízo do ressarcimento dos danos porventura causados à Administração, e das cabíveis cominações legais.

12.2. A CONTRATADA estará sujeita às seguintes sanções administrativas, garantida a prévia defesa:

I - Advertência;

II - Multas, estipuladas na forma a seguir:

a) 0,03% (três centésimos por cento) do valor total da nota de empenho, para cada dia de atraso na execução. Decorridos 30 (trinta) dias em atraso o Contratante poderá decidir pela continuidade da multa ou pela rescisão, em razão da inexecução total;



GOVERNO MUNICIPAL  
**INDEPENDÊNCIA**  
JUNTOS FAZENDO ACONTECER

PAÇO MUNICIPAL DEP. ALCEU VIEIRA COUTINHO  
**GOVERNO MUNICIPAL DE INDEPENDÊNCIA**



- b) 0,06% (seis centésimos por cento) por dia sobre o valor do fato ocorrido, para ocorrências de atrasos em qualquer outro prazo previsto neste instrumento, não abrangido pelas demais alíneas;
- c) 1,0% (um por cento) sobre o valor global atualizado do contrato, quando ocorrer a postergação da execução de serviços, em desacordo com o previsto no cronograma, sem o consentimento da Contratante;
- d) 5,0% (cinco por cento) sobre o valor global atualizado do contrato, pela não manutenção das condições de habilitação e qualificação exigidas no instrumento convocatório;
- e) 10,0% (dez por cento) sobre o valor global do contrato, nas hipóteses de recusa na assinatura, rescisão por inexecução - caracterizando-se quando houver reiterado descumprimento de obrigações assumidas - atraso superior ao prazo limite de trinta dias, estabelecido na alínea "a", ou os serviços forem prestados fora das especificações constantes da proposta da contratada.

III - Impedimento de licitar e contratar com a Administração, sendo, então, descredenciada no cadastro de fornecedores da Comissão Permanente de Licitação, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, sem prejuízo das multas previstas neste instrumento e das demais cominações legais.

12.3. O valor correspondente a qualquer multa aplicada à contratada, garantida a observância dos princípios do contraditório e da ampla defesa, deverá ser descontado via Documento de Arrecadação Municipal – DAM, em até 15 (quinze) dias após o recebimento da notificação, ficando a contratada obrigada a comprovar o recolhimento mediante a apresentação da cópia do referido documento. O DAM poderá ser obtido na Secretaria de Finanças do Município de Independência

12.4. Decorrido o prazo de 15 (quinze) dias para o recolhimento da multa, o débito será acrescido de 1% (um por cento) de mora por mês/fração, inclusive referente ao mês da quitação/consolidação do débito, limitado o pagamento com atraso em até 60 (sessenta) dias após a data da notificação, e, após este prazo, o débito será cobrado judicialmente.

12.5. As multas não têm caráter indenizatório e seu pagamento não eximirá a contratada de ser acionada judicialmente pela responsabilidade civil derivada de perdas e danos junto à contratante, decorrentes das infrações cometidas.

12.6. Nenhuma sanção será aplicada sem garantia da ampla defesa e do contraditório, na forma da lei.

### **CLAUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA FRAUDE E DA CORRUPÇÃO**

13.1. Os licitantes devem observar e o contratado deve observar e fazer observar, por seus fornecedores e subcontratados, se admitida subcontratação, o mais alto padrão de ética durante todo o processo de licitação, de contratação e de execução do objeto contratual.

**Para os propósitos desta cláusula, definem-se as seguintes práticas:**



- a) **"PRÁTICA CORRUPTA"**: oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação de servidor público no processo de licitação ou na execução de contrato;
- b) **"PRÁTICA FRAUDULENTA"**: a falsificação ou omissão dos fatos, com o objetivo de influenciar o processo de licitação ou de execução de contrato;
- c) **"PRÁTICA COLUSIVA"**: esquematizar ou estabelecer um acordo entre dois ou mais licitantes, com ou sem conhecimento de representantes ou prepostos do órgão licitador, visando estabelecer preços em níveis artificiais e não-competitivos;
- d) **"PRÁTICA COERCITIVA"**: causar dano ou ameaçar causar dano, direta ou indiretamente, às pessoas ou sua propriedade, visando influenciar sua participação em um processo licitatório ou afetar a execução do contrato;
- e) **"PRÁTICA OBSTRUTIVA"**: (I) destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em inspeções ou fazer declarações falsas aos representantes do organismo financeiro multilateral, com o objetivo de impedir materialmente a apuração de alegações de prática prevista, deste Edital; (II) atos cuja intenção seja impedir materialmente o exercício do direito de o organismo financeiro multilateral promover inspeção.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DAS CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO DA CONTRATADA**

14.1. A CONTRATADA declara, no ato de celebração do presente contrato, estar plenamente habilitada à assunção dos encargos contratuais e assume o compromisso de manter durante a execução do contrato todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DAS ALTERAÇÕES DO CONTRATO**

15.1. Compete a ambas as partes, de comum acordo, salvo nas situações tratadas neste instrumento, na Lei Federal Nº 8.666/93 e em outras disposições legais pertinentes, realizar, via termo aditivo, as alterações contratuais que julgarem convenientes.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DA PUBLICAÇÃO**

16.1. A publicação resumida do presente contrato no Diário Oficial do Estado/Município, que é condição indispensável para sua eficácia, será providenciada pela CONTRATANTE, nos termos do parágrafo único do art. 61 da Lei Federal nº 8.666/93, e suas alterações.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DA RESCISÃO CONTRATUAL**

17.1. Constituem motivos incondicionais para rescisão do contrato as situações previstas nos artigos 77 e 78, na forma do artigo 79, inclusive com as consequências do art. 80, da Lei Federal Nº 8.666/93 e alterações posteriores.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DOS CASOS FORTUITOS, DE FORÇA MAIOR OU OMISSOS**

18.1. Tal como prescrito na lei, a CONTRATANTE e a CONTRATADA não serão responsabilizados por fatos comprovadamente decorrentes de casos fortuitos, de força maior ou omissos, ocorrências eventuais cuja solução se buscará mediante acordo



GOVERNO MUNICIPAL  
**INDEPENDÊNCIA**  
JUNTOS FAZENDO ACONTECER

PAÇO MUNICIPAL DEP. ALCEU VIEIRA COUTINHO  
**GOVERNO MUNICIPAL DE INDEPENDÊNCIA**



inter partes.

**CLÁUSULA DÉCIMA NONA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS.**

19.1. A Administração da CONTRATANTE analisará, julgará e decidirá, em cada caso, as questões alusivas a incidentes que se fundamentem em motivos de caso fortuito, de força maior ou omissos.

**Subcláusula Primeira** - Para os casos previstos no "caput" desta cláusula, a CONTRATANTE poderá atribuir a uma comissão, por este designada, a responsabilidade de apurar os atos e fatos comissivos ou omissivos que se fundamentem naqueles motivos.

**Subcláusula Segunda** - As exceções aqui referenciadas serão sempre tratadas com máxima cautela, zelo profissional, senso de responsabilidade e ponderação, para que ato de mera e excepcional concessão da CONTRATANTE, cujo objetivo final é o de atender tão-somente ao interesse público, não seja interpretado como regra contratual.

**Subcláusula Terceira** - Para assegurar rápida solução às questões geradas em face da perfeita execução do presente contrato, fica desde já compelida a CONTRATADA a avisar, por escrito e de imediato, qualquer alteração no endereço ou no telefone da empresa.

**Subcláusula Quarta** - Quaisquer tolerâncias entre as partes não importarão em novação de qualquer uma das cláusulas ou condições estatuídas neste contrato, as quais permanecerão íntegras.

**CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DO FORO**

15.1. Fica eleito o foro do Município de Independência, do Estado do Ceará, para dirimir quaisquer questões decorrentes da execução deste contrato, que não puderem ser resolvidas na esfera administrativa.

E, por estarem de acordo, foi mandado lavrar o presente contrato, que está visado pela Procuradoria Jurídica da CONTRATANTE, e do qual se extraíram 3 (três) vias de igual teor e forma, para um só efeito, as quais, depois de lidas e achadas conforme, vão assinadas pelos representantes das partes e pelas testemunhas abaixo.

.....-Ce, .... de ..... de 2022.

\_\_\_\_\_  
Nome do Ordenador de Despesas da  
**SECRETARIA DE .....**  
**CONTRATANTE**

\_\_\_\_\_  
Nome do Representante  
**NOME DA EMPRESA**  
**CONTRATADA**

**TESTEMUNHAS:**

01. \_\_\_\_\_  
Nome: \_\_\_\_\_  
CPF/MF: \_\_\_\_\_

02. \_\_\_\_\_  
Nome: \_\_\_\_\_  
CPF/MF: \_\_\_\_\_



GOVERNO MUNICIPAL  
**INDEPENDÊNCIA**  
JUNTOS FAZENDO ACONTECER

PAÇO MUNICIPAL DEP. ALCEU VIEIRA COUTINHO  
**GOVERNO MUNICIPAL DE INDEPENDÊNCIA**



**ANEXO V - MODELO DE DECLARAÇÃO DE AUTENTICIDADE DOS  
DOCUMENTOS**

(PAPEL TIMBRADO DO PROPONENTE)

**DECLARAÇÃO**

(nome/razão social) ....., inscrita no CNPJ nº  
....., por intermédio de seu representante legal o(a) Sr(a)  
....., inscrito(a) no CPF nº ....., DECLARA, sob as  
sanções administrativas cabíveis, inclusive as criminais, e sob as penas da lei, que  
toda documentação anexada ao Sistema de Licitações Eletrônicas da ....., são  
autênticas.

....., ..... de ..... de 2022.

.....  
(Nome representante legal)

(OBS.: Modelo meramente sugestivo.)





**ANEXO VI - MODELO DE DECLARA O DE INFORMAÇOES ADICIONAIS**

(PAPEL TIMBRADO DO PROPONENTE)

**DECLARA O**

(nome/razão social) ....., inscrita no CNPJ n  .....,  
por intermédio de seu representante legal o(a) Sr(a) ....., portador(a)  
do CPF n  ....., DECLARA, sob as san oes administrativas cabíveis e sob  
as penas da lei, que se compromete a fornecer informaçoes adicionais, solicitadas  
pelo(a) Pregoeiro(a) ou pela Secretaria de ....., como: laudos técnicos de  
análises do produto, catálogos, e outros, a qualquer tempo e/ou fase do processo  
licitatório, com finalidade de dirimir d vida e instruir as decisões relativas ao  
julgamento.

....., ..... de ..... de 2022.

.....  
(Nome representante legal)

(OBS.: Modelo meramente sugestivo.)